



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3. 444, de 8 de agosto de 1997



Pró-Reitoria de Ensino – PROEN

Setor de Ciências Sociais Aplicadas – SESA/G

Departamento de Direito – DEDIR/G

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO
CURSO DE DIREITO

2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	3
2. COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO - NDE	3
3. ATOS LEGAIS DE REGULAÇÃO	4
3. 1. CRIAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DO CURSO	4
4. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	5
4. 1. APRESENTAÇÃO (contextualização da área de conhecimento)	5
4. 2. OBJETIVOS DO CURSO	6
4. 3. JUSTIFICATIVA	7
4. 4. HISTÓRICO DO CURSO	8
4. 5. PERFIL DESEJADO DO PROFISSIONAL	8
4. 6. CAMPOS DE ATUAÇÃO	9
4. 7. FORMAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	11
4. 8. MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO E INSTITUCIONAL	11
4. 9. ESTRATÉGIAS PARA ARTICULAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO	13
4. 10. ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO	14
5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	15
5. 1. MATRIZ CURRICULAR - CURRÍCULO PLENO - CURSO: DIREITO	15
5. 2. MATRIZ OPERACIONAL	16
5. 3. CATEGORIZAÇÃO DE DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PLENO	16
5. 6. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO	42
5. 7. ENSINO A DISTÂNCIA	43
5. 8. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	43
5. 9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	44
5. 10. FORMATAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	44
5. 11. FORMATAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	45
5. 12. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO EM VIGOR PARA A GRADUAÇÃO	45
6. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO	46
7. INFRAESTRUTURA	47
8. ANEXOS	52

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO: **DIREITO**

LOCAL DE OFERTA E ÓRGÃOS DE VINCULAÇÃO DO CURSO

CAMPUS UNIVERSITÁRIO/POLOS: **SANTA CRUZ - GUARAPUAVA - PARANÁ**

SETOR DE CONHECIMENTO: **SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - SESA/G**

DEPARTAMENTO: **DEPARTAMENTO DE DIREITO – DEDIR/G**

GRAU ACADÊMICO:	<input checked="" type="checkbox"/> Bacharelado <input type="checkbox"/> Licenciatura <input type="checkbox"/> Curso Superior de Tecnologia <input type="checkbox"/> Formação específica da profissão (_____)	
MODALIDADE DE OFERTA:	<input checked="" type="checkbox"/> Presencial	<input type="checkbox"/> A Distância
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	<input checked="" type="checkbox"/> Matutino <input type="checkbox"/> Vespertino <input type="checkbox"/> Noturno <input type="checkbox"/> Integral	
PREVISÃO DE AULAS AOS SÁBADOS DE FORMA REGULAR:	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não
REGIME DE MATRÍCULA:	<input type="checkbox"/> Seriado anual <input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas semestrais	
PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO (ANOS):	Mínimo: 5	Máximo: 7
ANO DA PRIMEIRA OFERTA DESTE PPC: 2023		
NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS: 40 vagas		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (EM HORAS RELÓGIO): 3. 954 Horas		

2. COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO - NDE

Nº DA PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:	Portaria Nº 004-SESA/G/UNICENTRO, de 03 de março de 2022
MEMBROS DO NDE:	
Profa. Ms. Ana Amélia Nerone Araújo	Prof. Ms. Rogê Carlos Dias Regiani
Profa. Ms. Anamaria Durski Silva Burko	
Prof. Dr. Guilherme Benette Jeronymo	
Prof. Dr. Luiz Vergílio Dalla Rosa	
Prof. Ms. Marcos Aurélio Larson	

3. ATOS LEGAIS DE REGULAÇÃO

3.1. CRIAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DO CURSO			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Resolução de Criação	COU/UNICENTRO	107	05/08/2014
Decreto de Autorização	Governo/PR	10834	25/04/2022
3.2. RECONHECIMENTO DO CURSO			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Parecer	CEE/PR		
Decreto/Portaria	Governo/PR		
Prazo do Reconhecimento: ____anos		Vigência: de ____/____/____ a ____/____/____	
3.3. RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO (última vigente)			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Parecer	CEE/PR		
Portaria	Governo/PR		
Prazo da Renovação: ____ anos		Vigência: ____/____/____ a ____/____/____	
3.4. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO (MEC/CNE)			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Resolução	CNE/CES	635	04/10/2018
Resolução	CNE/CES	5	17/12/2018
Resolução	CNE/CES	2	18/06/2007
3.5. LEGISLAÇÃO REGULADORA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL			
Ato Legal/Órgão	Número	Data	Ementa
Lei	8906	04/07/1994	Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

4.1. APRESENTAÇÃO (contextualização da área de conhecimento)

Localizado na região Centro-Sul do Estado do Paraná, o Município de Guarapuava, embora tenha grande parcela de sua econômica preponderantemente assentada nas atividades de caráter agroindustrial, apresenta significativo e constante desenvolvimento também no âmbito das relações jurídicas comerciais e de prestação de serviços (denominado terceiro setor), além de geograficamente desfrutar de posição estratégica, tanto no cenário estatal interno quanto no externo, face à proximidade dos demais países do Mercosul.

Partindo desta breve consideração e, ainda, diante do notório e sempre crescente índice quantitativo de operadores jurídicos que são lançados no competitivo e exigente mercado de trabalho hodierno, profissionais estes com diferentes formações teóricas, conceitos e pensamentos éticos distintos, constata-se que a preocupação que há muito tempo permeia os vários segmentos que integram a específica área de interesse do Curso de Graduação em Direito, diz respeito à necessidade de se promover alterações imediatas na atual sistemática curricular e pedagógica, no intuito de se atender a enorme demanda por indivíduos que disponham de uma qualificação jurídica mínima que os habilite a atuar, de modo sintonizado com o irrefreável avanço tecnológico do Direito, na prevenção de conflitos e resolução técnica dos litígios, oriundos dos anseios tanto da coletividade local quanto da população regional.

Faz-se mister, então, além da tradicional compreensão formal do Direito, ou seja, aquela pautada nos conhecimentos e habilidades técnicas de sua rígida dogmática jurídica, igualmente considerar a fundamental relevância do pensamento reflexivo e crítico acerca da legislação e jurisprudência, em razão das novas tendências e realidades sociais.

É exatamente a partir deste aspecto nuclear do ensino jurídico que, forte e intensamente, emerge a necessidade de se promover o conhecimento interdisciplinar da Ciência do Direito.

O Curso de Graduação em Direito pretende percorrer o caminho da interdisciplinaridade e, pautando-se sempre no senso crítico-reflexivo, chegar ao encontro de respostas minimamente éticas, indispensáveis à solução de conflitos gerados por inúmeras e incessantes transformações que perpassam a sociedade contemporânea.

Curso de Direito este, visível e explicitamente caracterizado pela idealização e execução efetiva de projetos integrados de docência, pesquisa e extensão, permitindo, assim, a participação e o envolvimento direto de seus acadêmicos com as relevantes questões sociais que atingem a Região Centro-Sul do Estado Paraná e Sul do país.

O objetivo precípua volta-se à implantação e desenvolvimento de uma estrutura curricular e sistemática didático-pedagógica dotada de peculiar qualidade, se insere e busca sua afirmação na seara educacional, mediante empreendimento de constantes esforços não somente na preparação de “bons operadores” do Direito, mas também, e de modo especial, na formação de cidadãos verdadeiramente conscientes e

comprometidos com as inúmeras nuances da realidade e dos problemas sociais que afligem os membros da coletividade local, característica esta que, por conseguinte, culmina por atribuir naturalmente a este Curso de Graduação, merecida posição de destaque no âmbito das IES regionais públicas e da iniciativa privada.

Adota-se como principal fio condutor o processo de aprendizagem interdisciplinar, ao mesmo tempo em que assume diante da comunidade local e regional o compromisso de disponibilizar as necessárias condições à qualificação técnica e jurídica de seus egressos, igualmente apresenta integral consonância e obediência às determinações de reestruturação curricular incorporadas à legislação educacional vigente, a exemplo daquelas constantes da Resolução nº 05, de 17/12/2018, do Conselho Nacional de Educação (Câmara de Educação Superior).

Em síntese, a Resolução da CES/CNE mencionada no parágrafo anterior, dispõe sobre a inafastável necessidade de se realizar exame de cunho introspectivo acerca das diversas tendências atuais do Direito.

As tendências referenciadas acima, são aquelas projetadas a partir dos anseios cotidianos da coletividade e que, na maioria das vezes, culminam por fielmente retratar a exigência do mercado de trabalho, bem como a multiplicidade de saberes existentes no âmbito do conhecimento jurídico-dogmático, saberes estes, imprescindíveis à competente atuação do profissional do Direito.

Logo, conclui-se que, diante da contextualização objetivamente aqui exposta, o Projeto Pedagógico que ora se apresenta, fornece o delineamento de toda a necessária estrutura para que o Curso de Direito, tenha condições efetivas de firmar-se perante a comunidade local e regional, como verdadeiro espaço público, integralmente profícuo à busca pelos saberes e contínuo desenvolvimento do conhecimento jurídico-dogmático, além de contribuir à formação geral de indivíduos e cidadãos mais intensamente comprometidos com a realização do bem-estar coletivo e interesse social.

4.2. OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Direito, ora proposto, apresenta seu objetivo geral em consonância com a Resolução CNE-CES nº 05/2018, que estabelece que:

“O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania”.

Objetivos Específicos:

- Propiciar a implementação do Curso de Direito, Bacharelado Presencial na UNICENTRO em conformidade com a Resolução CES 05/2018, da LDBEN 9394/96, e demais legislações pertinentes e com os condicionantes institucionais expressos em PDI/ UNICENTRO.
- Oportunizar a oferta do Curso de Graduação em Direito em Instituição Estadual

- Pública, gratuita e de qualidade democratizando o acesso ao conhecimento da área, ampliando a Responsabilidade Social da UNICENTRO;
- Oportunizar aos graduandos o desempenho de qualquer atividade profissional afeta ao Direito, tanto em carreiras públicas quanto privadas, para atender ao contexto político, econômico e social contemporâneo, às necessidades regionais e locais, e também brasileiras.
 - Viabilizar a capacidade de reflexão crítica do Direito posto, propondo alternativas inclusivas.
 - Valorizar o Núcleo de Prática Jurídica, tendo como espaço privilegiado o Escritório Modelo, onde docentes e discentes se encontrarão para o exercício da prática profissional do Direito, integrando essa modalidade a outras atividades práticas, que estimulem e demonstrem aos acadêmicos outras perspectivas de atuação profissional, com vistas às diferentes carreiras jurídicas.
 - Comprometer eticamente para atendimento à comunidade menos favorecida, em consonância a uma nova ordem social democrática, fraterna, comunitária, justa e participativa.
 - Propiciar o trabalho integrado dos diferentes atores institucionais na construção de um curso de Direito, cujo perfil seja sempre condizente às demandas da comunidade, sem olvidar, concomitantemente, de demandas regionais e nacionais.
 - Articular ensino, pesquisa e extensão.
 - Incentivar a produção científica dos docentes e discentes
 - Estabelecer convênios para a criação de redes de conhecimento e o favorecimento de ações conjuntas.

4.3. JUSTIFICATIVA

A região de Guarapuava, atendida pela UNICENTRO, em especial pela Unidade Universitária de Guarapuava, Campus Santa Cruz, é composta de aproximadamente quatrocentos mil habitantes. Esta população, assim como a sociedade brasileira como um todo, apresenta diferenças significativas, quando se trata de disparidade social, principalmente em relação a poder aquisitivo. A grande maioria não dispõe dos recursos necessários para realizar um curso de Direito numa instituição particular.

Além disso, uma das maneiras suscitadas para elevar o padrão de vida dos habitantes é a educação formal, inserindo-se aqui o ensino superior como meio de preparar pessoas capazes para o enfrentamento da realidade com cidadania, criatividade e reflexão. O desenvolvimento econômico é, em parte, resultado desse esforço.

A população total dos dezoito principais municípios de abrangência do curso, era de 389. 776 pessoas em 2010 e, segundo estimativas do IBGE poderá ser de 408. 639 pessoas em 2021.

O município de Guarapuava, analisando os números apresentados abaixo, cresceu pouco mais de 9, 15%, de 2010 para 2021. Analisando os demais municípios de alcance do curso houve um estimado em 4, 84%.

A comarca de Guarapuava, hoje entrância final em termos de Carreira Jurídica,

contempla todas as esferas judiciárias e administrativas, possuindo Fórum da Justiça Estadual do Paraná, Juizado Especial Estadual Cível, Criminal e Fazenda Pública, Vara Federal, Juizado Especial Federal Previdenciário, Cível e Criminal, Fórum da Justiça do Trabalho, Fórum Estadual Eleitoral, Juntas de Conciliação e Julgamento, Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho, Procuradoria do Estado, Procuradoria da Fazenda Nacional, Advocacia Geral da União, Ofícios Extrajudiciais, Polícia Federal, Civil e Militar, além de outras instituições administrativas.

Há, portanto, demanda para a formação de bacharéis em Direito em uma Instituição Pública na região de Guarapuava, democratizando o acesso a esta área do conhecimento. E, como já mencionado, os egressos deste curso possuem uma gama diversa de atuação profissional, podendo ser absorvidos pelo serviço público, nas diversas carreiras jurídicas, ou, incorporados ao mercado de trabalho na iniciativa privada exercendo a advocacia ou prestando consultorias especializadas.

A UNICENTRO, ao planejar a estrutura de seu curso de Direito, somado à sua responsabilidade social de democratizar o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade, por meio da presente proposta curricular, propicia a superação de dificuldades, carências e desvios com os quais os acadêmicos das Ciências Jurídicas no país têm se defrontado.

4.4. HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de graduação em Direito do Campus Universitário Santa Cruz - UNICENTRO está criado pela RESOLUÇÃO Nº 107-COU/UNICENTRO, DE 5 DE AGOSTO DE 2014, visando atender à demanda regional, à necessidade de um curso público, gratuito e de qualidade.

4.5. PERFIL DESEJADO DO PROFISSIONAL

Todo profissional do Direito, além do acesso a conteúdo teórico-jurídico e dogmático básico, também deve receber orientação para que possa promover o desenvolvimento de um conjunto mínimo de habilidades e competências que, antes mesmo de serem indispensáveis às peculiaridades do campo de atuação escolhido, devem propiciar sua inserção no competitivo mercado de trabalho mais facilmente e de modo menos penoso, considerando, é claro, as expectativas sociais e as características e possibilidades institucionais disponibilizadas à sua formação.

Desta maneira, o Curso de Graduação em Direito da UNICENTRO pretende contemplar, mediante oferta a seus acadêmicos de peculiar metodologia de ensino jurídico, uma ampla formação técnico-científica, humanística e político-cultural, a fim de que seu egresso apresente em seu perfil as características elencadas no rol abaixo:

- 1.** liberdade e autonomia intelectual que o torne apto ao desenvolvimento de análise histórico-social necessária ao exercício criativo e ético-crítico de sua atividade profissional, bem como o capacite à transformação da realidade na busca do bem-estar coletivo;
- 2.** capacidade no estabelecimento de vinculações solidárias e cooperativas

- em prol da comunidade em que se encontra inserido;
3. condição teórica e prática para, sistematicamente, produzir e socializar conhecimentos e tecnologias, visando sempre uma melhor compreensão dos problemas sócio-econômicos, político-culturais e organizacionais, mediante utilização racional dos recursos disponíveis, sem deixar de levar em consideração, a necessidade de se preservar o equilíbrio do ambiente;
 4. aperfeiçoamento profissional reiterado, mediante processo de atualização contínua que o permita empreender inovações na sua correspondente área de atuação;
 5. embasamento jurídico-teórico necessário à obtenção de êxito no “Exame de Ordem” e demais outros concursos públicos pertinentes às denominadas carreiras jurídicas;
 6. preparação geral indispensável ao enfrentamento e superação das profundas e abruptas transformações, tanto econômico-mercadológicas quanto político-sociais.

Em suma, é possível constatar que as características definidoras do perfil esperado do egresso estão de conformidade com a Resolução nº 05, de 17/12/2018, da CES/CNE, eis que esta normatização estabelece a seguinte orientação: no Curso de Graduação em Direito, dever-se-á assegurar no perfil do graduando, *“sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania”*.

4.6. CAMPOS DE ATUAÇÃO

Considerando as atuais demandas jurídicas, conflitos sócio-econômicos e potencialidades do mercado de trabalho, o Curso de Graduação em Direito, ao ofertar à sua comunidade acadêmica discente, a metodologia de ensino jurídico e proposta didático-pedagógica, apresentadas de forma simples e sistêmica neste Projeto Pedagógico, compromete-se a efetivamente desenvolver no perfil de seu egresso, as competências insertas na relação que abaixo segue, tornando-o plenamente apto a:

- a) tomar decisões e saber implementá-las no interesse da Justiça;
- b) identificar a melhor forma de organização de processos e prática de atos jurídicos;
- c) agir na comunidade, em todos os seus segmentos, segundo os princípios da moral e da ética, atuando em nome da Justiça e da equidade social;
- d) compreender e dominar o entendimento pleno dos atos jurídicos e das decisões da Justiça, valorizando o trabalho em equipe, numa dimensão (inter)multidisciplinar;
- e) desempenhar suas atividades como profissional competente e ético, em

quaisquer organismos da administração pública, no complexo das atividades empresariais e/ou na defesa dos interesses legítimos do cidadão;

- f) colaborar com a formação do comportamento do cidadão e com o desenvolvimento da cultura e do sentimento de solidariedade humana.

Portanto, visando atingir tais metas é que este Projeto Pedagógico compreende um currículo pleno e método técnico de aprendizagem jurídica dispostos ao atingimento das seguintes competências:

- a) permanente formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- b) conduta ética associada à responsabilidade social e profissional;
- c) capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito a partir da constante pesquisa e investigação;
- d) capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as demandas individuais e sociais;
- e) capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;
- f) capacidade de atuação individual, associada e coletiva no processo comunicativo próprio ao seu exercício profissional;
- g) domínio da gênese, dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente;
- h) consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço.

No tocante às habilidades a serem desenvolvidas no perfil do egresso do Curso de Graduação em Direito, tem-se:

- a) adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- b) compreensão teórica e metodológica das realidades sociais, e do Direito, que possibilite resolução dos problemas e desafios, com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- c) estabelecimento das dimensões investigativa e interativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- d) presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- e) pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- f) ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- g) concatenação entre supervisão acadêmica e profissional na atividade de

estágio e seu exercício no campo jurídico;

- h) profissionais competentes em sua área de desempenho, mas generalista em sua formação intelectual e cultural;
- i) domínio de amplo rol de informações, com capacidade de diagnosticar rapidamente a realidade, em um mundo cada vez mais globalizado;
- j) capacidade de apresentar propostas criativas e inovadoras em seu campo de trabalho.

Ainda deve-se destacar:

- a) leitura, compreensão e elaboração de textos e documentos;
- b) interpretação e aplicação do Direito;
- c) pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- d) correta utilização da linguagem – com clareza, precisão e propriedade –, fluência verbal e escrita, com riqueza de vocabulário;
- e) utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- f) julgamento e tomada de decisões;
- g) domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

4.7. FORMAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Quanto à avaliação dos estudantes, esta será definida nos planos de ensino propostos pelo professor da disciplina, que serão aprovados pelo Conselho Departamental, no início de cada ano letivo.

A docência será avaliada uma vez ao ano, pelo DEDIR/G, por meio de questionários respondidos pelos alunos a respeito dos procedimentos de seus professores em sala de aula. Depois de tabulados, sob a responsabilidade da chefia do departamento, os resultados são apresentados aos docentes, de maneira que possam tomar iniciativas no sentido de aperfeiçoar ou melhorar seus procedimentos em classe.

4.8. MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO E INSTITUCIONAL

Os resultados da avaliação institucional são apresentados e analisados no Conselho Departamental (CONDEP), com vistas a fomentar iniciativas que tenham por objetivo aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem buscando corrigir, na medida do possível, os eventuais pontos negativos ou, mais precisamente, pontos em que o curso esteja apresentando índices abaixo do esperado.

O curso de Direito - Campus Santa Cruz, em conformidade com a Resolução nº 198-GR/UNICENTRO, de 2 de Setembro de 2014, utilizará o Programa Permanente de Avaliação Institucional (PAI), da UNICENTRO, como mecanismo de avaliação com o fito de conseguir obter informações fidedignas de suas atividades.

Neste sentido, o pensamento primordial do Núcleo Docente Estruturante e do próprio Conselho Departamental do DEDIR/G, busca o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo de seus docentes sempre primando pelos valores, princípios e objetivos institucionais da UNICENTRO, haja vista que este processo de autoavaliação visa a busca pela valorização e qualificação das políticas públicas, propiciando assim maior segurança institucional, a fim de demonstrar além da autonomia da Unicentro por meio do Curso de Direito a responsabilidade institucional junto à comunidade como um todo.

A UNICENTRO conta com um Programa Permanente de Avaliação Institucional - PAI, o qual orienta todo o processo de avaliação interna da Instituição desde 2004, com o intuito de prospectar todas as ações e com estes resultados obtidos parte para o desenvolvimento do planejamento estratégico, buscando sempre sua orientação por meio de um processo totalmente legítimo, o qual orienta a CPA - Comissão Própria de Avaliação, quer seja em sua esfera deliberativa ou consultiva e, de forma diretiva pela DIRAI - Diretoria de Avaliação Institucional.

Para que assim ocorra, a UNICENTRO tem por base em seus exercícios autoavaliativos, o calendário estabelecido pelo Ministério da Educação como Ciclo Avaliativo, a saber¹:

i - ANO I: “Ciclo VERDE” – Bacharelados nas áreas de Saúde, Agrárias e áreas afins; CST dos eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança;

ii - ANO II: “Ciclo AZUL” – Bacharelados nas áreas de Ciências Exatas e áreas afins; Licenciaturas; CST dos eixos tecnológicos Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura e Produção Industrial;

iii - ANO III: “Ciclo VERMELHO” – Bacharelados nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e áreas afins; CST dos eixos tecnológicos Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer e Produção Cultural e Desing.

A periodicidade de avaliação da UNICENTRO é feita de forma trienal, conforme calendário idêntico ao aplicado no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.

Para fins avaliativos, como exemplo do Curso de Direito, vinculado ao Setor de Ciências Sociais Aplicadas e pertencente ao Ciclo Vermelho, o Departamento realiza três etapas avaliativas, considerando:

a) Avaliação Perspectiva: é realizada por meio de questionários desenvolvidos pelo Departamento direcionado aos docentes e discentes, visando uma avaliação das condições gerais do curso;

b) Por meio do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, Licenciatura, Bacharelado e Tecnólogo, Presencial e EAD e do Sistema Estadual de Avaliação do Ensino Superior – SEAES, é realizada a autoavaliação, sendo preferencialmente feita pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE, com a função precípua de analisar e ponderar o dimensionamento do instrumento avaliativo, com aplicação de conceitos distribuídos entre 1 e 5, condizente para cada dimensão a ser avaliada;

c) Avaliação de Recursos Humanos: parte da titulação e do regime de trabalho dos docentes do curso para que se possa fazer a ponderação conforme cálculo disponibilizado no Programa Permanente de Avaliação Institucional;

Após a realização das etapas acima, far-se-á o cálculo do Conceito Final do Curso, considerando a seguinte escala de 1 a 5:

1 - Muito Precário;

¹ Despacho nº 249, de 7 de dezembro de 2017 - Ministério da Educação / Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - In: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/862160/

- 2 - Precário;
- 3 - Satisfatório;
- 4 - Bom;
- 5 - Muito Bom

Para que se possa analisar esta escala de conceitos utiliza-se da seguinte tabela com os seguintes parâmetros:

Conceito	Intervalos Conceituais
Totalmente Satisfatório	4. 44 - 5. 0
Satisfatório para Totalmente Satisfatório	3. 87 - 4. 43
Satisfatório	3. 30 - 3. 86
Regular para Satisfatório	2. 73 - 3. 29
Regular	2. 16 - 2. 72
Insatisfatório para Regular	1. 59 - 2. 15
Insatisfatório	1. 02 - 1. 58
Totalmente Insatisfatório para Insatisfatório	0. 57 - 1. 01
Totalmente Insatisfatório	0 - 0. 56

4.9. ESTRATÉGIAS PARA ARTICULAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO

Como articulação envolvendo as especificidades do Curso de Direito e o mundo do trabalho dos futuros egressos norteia-se pela busca da formação prática do acadêmico, sendo um dos principais objetivos a ser perseguido pela presente proposta, fazendo com que as competências e habilidades daqueles estejam alinhadas com o que dispõe a Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação.

Para que isto ocorra dentro do preceituado no artigo acima mencionado constam da resolução que para possibilitar atingir as habilidades e competências do profissional graduado os seguintes itens:

I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de **solução** de conflitos;

VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e

XIV - apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

4.10. ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

Os egressos do curso de Direito são aqueles que irão nortear as ações futuras do departamento bem como da UNICENTRO.

Assim, são indicadores de grande valia no aspecto comunitário uma vez que serão eles que estarão no mercado de trabalho levando o nome da UNICENTRO e do Curso de Direito, motivo pelo qual o acompanhamento de sua inserção no mercado de trabalho é um fator direcionador para o planejamento contínuo do curso dentro das disciplinas formadoras do profissional do direito.

Neste sentido, o DEDIR/G da UNICENTRO, com o apoio da CPA - Comissão Própria de Avaliação, no que diz respeito à sua esfera deliberativa e consultiva, bem como com o apoio da DIRAI - Diretoria de Avaliação Institucional, no que se refere à parte executiva propriamente dita, busca efetuar o acompanhamento dos egressos da seguinte forma:

I. montar e manter um efetivo banco de dados constando os egressos e com seus registros devidamente atualizados;

II. para fins de avaliação de desempenho do Curso de Direito, far-se-á o acompanhamento dos egressos no que diz respeito sua vida profissional;

III. com a confrontação do perfil idealizado no Projeto Pedagógico alinhado ao perfil do egresso ante o mercado de trabalho, buscar identificar a adequação do curso junto ao efetivo exercício laboral do egresso;

IV. efetuar pesquisas junto aos egressos de suas sugestões no que se referem a efetiva capacitação e atualização profissional, cursos, palestras e encontros em especial na sua participação em cursos de extensão e pós-graduação;

V. com os dados coletados busca-se formar uma base de dados para fins de autoavaliação do Curso de Direito do Campus Santa Cruz, bem como da Unicentro.

Os acompanhamentos dos egressos do Curso de Direito do Campus Santa Cruz, estará embasado na forma como a Unicentro os faz, quer seja por meio de instrumentos de coleta de dados, suas metodologias bem como o tratamento e divulgação dos mesmos, o que de fato irá contribuir para aprimorar a forma avaliativa dos egressos e do Curso.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1. MATRIZ CURRICULAR - CURRÍCULO PLENO - CURSO: DIREITO

SÉRIE/ SEMESTRE	DEPTO.	DISCIPLINAS	AULAS/ SEMANA		C/H Total (h/a)	C/H Ext. (h/a)	C/H PCC (h/a)	C/H EaD (h/a)
			Teór.	Prát.				
1ª	1º sem.	DEDIR/G Teoria do Direito	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Teoria do Estado e Ciência Política	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G História do Pensamento Jurídico	4	0	68	0	0	12
		DECON/G Economia Política	2	0	34	0	0	6
		DEFIL/G Introdução às Humanidades	2	0	34	0	0	6
		DELET/G Redação e Linguagem Jurídica I	4	0	68	0	0	12
	Subtotal (aulas/semana)			20				
	2º sem.	DEDIR/G Direito Constitucional I	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Direito Penal I	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Direito Civil - Teoria da Relação Jurídica I	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Teoria do Processo	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Sociologia e Antropologia do Direito	2	0	34	0	0	6
		DEDIR/G Filosofia do Direito	3	0	51	0	0	9
	DELET/G Redação e Linguagem Jurídica II	4	0	68	0	0	12	
Subtotal (aulas/semana)			25					
2ª	1º sem.	DEDIR/G Direito Constitucional II	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Direito Penal II	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Direito Civil - Teoria da Relação Jurídica II	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Processo Civil I	4	0	68	0	0	12
		DEPED/G Direito e Psicologia	2	0	34	0	0	6
		DEDIR/G Processo Penal I	4	0	68	0	0	12
	Subtotal (aulas/semana)			22				
	2º sem.	DEDIR/G Direito Penal III	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Direito Administrativo I	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Direito Civil - Teoria Geral das Obrigações	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Processo Civil II	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Processo Penal II	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Direitos Humanos	2	0	34	0	0	6
	-	Optativa I	3	0	51	0	0	9
Subtotal (aulas/semana)			25					
3ª	1º sem.	DEDIR/G Direito Penal IV	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Direito Administrativo II	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Direito Civil - Contratos I	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Processo Civil III	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Direito Empresarial I	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Direito do Trabalho I	4	0	68	0	0	12
	Subtotal (aulas/semana)			24				
	2º sem.	DEDIR/G Direito Civil - Contratos II	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Direito Empresarial II	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Direito do Trabalho II	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Processo Administrativo	2	0	34	0	0	6
		DEDIR/G Direito Tributário I	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Direito da Propriedade Intelectual	2	0	34	0	0	6
	DEDIR/G Direito da Criança e do Adolescente e Direito do Idoso	3	0	51	0	0	9	
DEDIR/G Direito Eleitoral e Partidário	2	0	34	0	0	6		
Subtotal (aulas/semana)			25					
4ª	1º sem.	DEDIR/G Direito Civil - Reais	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Processo do Trabalho	2	0	34	0	0	6
		DEDIR/G Direito Tributário II	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Direito Empresarial III	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Metodologia da Pesquisa Jurídica	2	0	34	0	0	6
		DEDIR/G Prática Jurídica Simulada I	0	3	51	0	0	9
	DEDIR/G Direito Econômico	2	0	34	0	0	6	
	Subtotal (aulas/semana)			21				
	2º sem.	DEDIR/G Direito Civil - Família	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Processo Tributário	2	0	34	0	0	6
		DEDIR/G Gestão de Conflitos e Técnicas de Negociação	2	0	34	0	0	6
		DEDIR/G Direito Internacional Público	2	0	34	0	0	6
		DEDIR/G Trabalho de Curso I	2	0	34	0	0	6
		DEDIR/G Prática Jurídica Simulada II	0	3	51	0	0	9
-	Optativa II	3	0	51	0	0	9	
Subtotal (aulas/semana)			18					
5ª	1º sem.	DEDIR/G Direito Civil - Sucessões	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Direito Internacional Privado	2	0	34	0	0	6
		DEDIR/G Responsabilidade Civil e Biodireito	3	0	51	0	0	9
		DEDIR/G Trabalho de Curso II	2	0	34	0	0	6
		DEDIR/G Prática Jurídica Simulada III	0	3	51	0	0	9
		-	Optativa III	3	0	51	0	0
	Subtotal (aulas/semana)			17				
	2º sem.	DEDIR/G Prática Jurídica Simulada IV	0	3	51	0	0	9
		DEDIR/G Direito Previdenciário	3	0	51	0	0	9
		DEDIR/G Direito do Consumidor	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Direito Ambiental e Direito Agrário	4	0	68	0	0	12
		DEDIR/G Estatuto do Advogado e Ética Profissional	2	0	34	0	0	6
		-	Optativa IV	3	0	51	0	0
	Subtotal (aulas/semana)			19				

C/H Subtotal - Disciplinas (horas/aula)		3672	0	648
C/H Subtotal - Disciplinas (horas/relógio)		3060	0	540
OUTROS COMPONENTES CURRICULARES				
Atividades Acadêmicas Complementares - AAC (horas)		226		
Atividades de Extensão Extras (horas)		396	396	
Estágio Supervisionado Obrigatório (horas)		272		
C/H Subtotal - Outros componentes curriculares (horas)		894	396	540
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (horas)		3954		

Início: 2023 Integralização: mínima – 5 anos / máxima – 7 anos. Regime: Seriado anual com disciplinas semestrais.
Ext.: C/H de Curricularização da Extensão
PCC: C/H de Prática como Componente Curricular (somente licenciaturas)
EaD: C/H ofertada a distância nos cursos presenciais (limite de 20% da disciplina)

DEPTO.	DISCIPLINAS OPTATIVAS	AULAS/ SEMANA		C/H Total (h/a)
		Teór.	Prát.	
DEDIR/G	Análise Crítica da Jurisprudência Civil	2	0	51
DEDIR/G	Análise Crítica da Jurisprudência Penal	2	0	51
DEDIR/G	Direito Cooperativo e Economia de Comunhão	2	0	51
DEDIR/G	Direito e Fraternidade	2	0	51
DEDIR/G	Direito Médico	2	0	51
DEDIR/G	Direito Municipal	2	0	51
DEDIR/G	Execução Penal e Administração Prisional	2	0	51
DEADM/G	Gestão de Escritórios	2	0	51
DELET/G	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	2	0	51
DEMED/G	Medicina Legal	2	0	51
DEDIR/G	Processo Coletivo	2	0	51
DEDIR/G	Sociedades Cooperativas, Autogestão e Economia Solidária	2	0	51

5.2. MATRIZ OPERACIONAL

5.3. CATEGORIZAÇÃO DE DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PLENO

Disciplinas obrigatórias destinadas aos conteúdos de formação geral				
DEPTO.	DISCIPLINAS	AULAS/ SEMANA		C/H Total (h/a)
		Teór.	Prát.	
DEDIR/G	Teoria do Estado e Ciência Política	4	0	68
DEDIR/G	História do Pensamento Jurídico	4	0	68
DECON/G	Economia Política	2	0	34
DEFIL/G	Introdução às Humanidades	2	0	34
DELET/G	Redação e Linguagem Jurídica I	4	0	68
DEDIR/G	Sociologia e Antropologia do Direito	2	0	34
DEDIR/G	Filosofia do Direito	3	0	51
DELET/G	Redação e Linguagem Jurídica II	4	0	68
DEPED/G	Direito e Psicologia	2	0	34
DEDIR/G	Direitos Humanos	2	0	34

Disciplinas obrigatórias destinadas aos conteúdos de formação técnico-jurídica				
DEPTO.	DISCIPLINAS	AULAS/ SEMANA		C/H Total (h/a)
		Teór.	Prát.	
DEDIR/G	Teoria do Direito	4	0	68
DEDIR/G	Direito Constitucional I	4	0	68
DEDIR/G	Direito Penal I	4	0	68
DEDIR/G	Direito Civil - Teoria da Relação Jurídica I	4	0	68
DEDIR/G	Teoria do Processo	4	0	68
DEDIR/G	Direito Constitucional II	4	0	68
DEDIR/G	Direito Penal II	4	0	68
DEDIR/G	Direito Civil - Teoria da Relação Jurídica II	4	0	68
DEDIR/G	Processo Civil I	4	0	68
DEDIR/G	Processo Penal I	4	0	68
DEDIR/G	Direito Penal III	4	0	68
DEDIR/G	Direito Administrativo I	4	0	68
DEDIR/G	Direito Civil - Teoria Geral das Obrigações	4	0	68
DEDIR/G	Processo Civil II	4	0	68
DEDIR/G	Processo Penal II	4	0	68
DEDIR/G	Direito Penal IV	4	0	68
DEDIR/G	Direito Administrativo II	4	0	68
DEDIR/G	Direito Civil - Contratos I	4	0	68
DEDIR/G	Processo Civil III	4	0	68
DEDIR/G	Direito Empresarial I	4	0	68
DEDIR/G	Direito do Trabalho I	4	0	68
DEDIR/G	Direito Civil - Contratos II	4	0	68
DEDIR/G	Direito Empresarial II	4	0	68
DEDIR/G	Direito do Trabalho II	4	0	68
DEDIR/G	Processo Administrativo	2	0	34
DEDIR/G	Direito Tributário I	4	0	68
DEDIR/G	Direito da Propriedade Intelectual	2	0	34
DEDIR/G	Direito da Criança e do Adolescente e Direito do Idoso	3	0	51
DEDIR/G	Direito Eleitoral e Partidário	2	0	34
DEDIR/G	Direito Civil - Reais	4	0	68
DEDIR/G	Processo do Trabalho	2	0	34
DEDIR/G	Direito Tributário II	4	0	68
DEDIR/G	Direito Empresarial III	4	0	68
DEDIR/G	Direito Econômico	2	0	34
DEDIR/G	Direito Civil - Família	4	0	68
DEDIR/G	Processo Tributário	2	0	34
DEDIR/G	Direito Internacional Público	2	0	34
DEDIR/G	Direito Civil - Sucessões	4	0	68
DEDIR/G	Direito Internacional Privado	2	0	34
DEDIR/G	Responsabilidade Civil e Biodireito	3	0	51
DEDIR/G	Direito Previdenciário	3	0	51
DEDIR/G	Direito do Consumidor	4	0	68
DEDIR/G	Direito Ambiental e Direito Agrário	4	0	68

Disciplinas obrigatórias destinadas aos conteúdos de formação prático-profissional				
DEPTO.	DISCIPLINAS	AULAS/ SEMANA		C/H Total (h/a)
		Teór.	Prát.	
DEDIR/G	Metodologia da Pesquisa Jurídica	2	0	34
DEDIR/G	Prática Jurídica Simulada I	0	3	51
DEDIR/G	Gestão de Conflitos e Técnicas de Negociação	2	0	34
DEDIR/G	Trabalho de Curso I	2	0	34
DEDIR/G	Prática Jurídica Simulada II	0	3	51
DEDIR/G	Trabalho de Curso II	2	0	34
DEDIR/G	Prática Jurídica Simulada III	0	3	51
DEDIR/G	Prática Jurídica Simulada IV	0	3	51
DEDIR/G	Estatuto do Advogado e Ética Profissional	2	0	34

5.4. EMENTÁRIO/BIBLIOGRAFIA

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

NOME DA DISCIPLINA: Direito e Psicologia - C/H 34
Ementa: Conceito de personalidade. Formação e seu desenvolvimento: fatores hereditários e ambientais. Tipos de personalidade. Saúde psicológica, psicopatologias severas e imputabilidade penal. Psicopatologia da capacidade civil e da responsabilidade penal. Testemunho e fatores envolvidos: personalidade, simulação/dissimulação. Aspecto psicológico do processo decisório. Educação em direitos humanos.
Bibliografia Básica FADIMAN, James e FRAGER, Robert. Teorias da Personalidade. São Paulo:Edit. Harbra. 2002. TABORDA, José G. V. Psiquiatria Forense. POA:Artmed. 2002 LOPEZ, Emílio Myra y. Manual de Psicologia Jurídica. 2º ed. São Paulo:Impactus Editora. 2008.
Bibliografia Complementar SOUZA, Carlos Alberto Crespo. Psiquiatria Forense: 80 anos de prática institucional. POA:Sulina. 2006 JASPERS. Psicopatologia Geral 1 e 2:Psicologia Compreensiva, Explicativa e Fenomenologia. RJ:Atheneu. SCHULTZ, Sydney Ellen. História da Psicologia Moderna. São Paulo:Thomson. 2006 VAN DEN BERG, J. H. Psicologia Profunda. São Paulo: Mestre Jou. NOGUEIRA, Marcos de Jesus Nogueira (coord), Diagnóstico Psiquiátrico: um guia. São Paulo:Lemos. 2004.

NOME DA DISCIPLINA: Teoria do Direito - C/H 68
Ementa: Introdução à epistemologia jurídica. Aproximação à idéia de Direito: Jusnaturalismo, Positivismo Jurídico e Teorias Contemporâneas. Teoria da Norma Jurídica. Teoria do Ordenamento Jurídico. Conceitos Operacionais: Fontes do direito; Relação jurídica; Direito subjetivo e Dever jurídico; Vigência, Validade e Eficácia; Conflitos de leis no tempo e no espaço. Pedagogia do direito: Lições para aplicação do Direito. Estrutura do poder judiciário. Carreiras jurídicas. Teoria do direito e educação étnico-racial. Teoria do direito e Educação Ambiental; Direitos humanos na teoria do direito.
Bibliografia Básica DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2001. GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do direito. 32. ed., rev. com alterações Rio de Janeiro: Forense, 2002. REALE, Miguel. Lições preliminares de Direito. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
Bibliografia Complementar BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. 10ºed. Brasília: Editora UnB, 1999. BOBBIO, Norberto. Teoria da Norma Jurídica. Bauru: Edipro, 2001. DALLA ROSA, Luiz Vergílio. O Direito como Garantia. Pressupostos de uma teoria constitucional. São Paulo: América Jurídica, 2003. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 1988. FULLER, Lon L. O caso dos exploradores de cavernas. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2000. IHERING. Rudolf Von. A luta pelo direito. 2ªed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. RÁO, Vicente. O direito e a vida dos direitos. 5ªed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

NOME DA DISCIPLINA: Teoria do Estado e Ciência Política - C/H 68
Ementa: Conceito de ciência política. Evolução histórica do pensamento político. Pensamento político contemporâneo. Principais correntes do Pensamento Político. Ciência Política e Teoria do Estado. As relações entre Ciência Política, Teoria Constitucional e o direito público em geral. A

formação do Estado Moderno. Elementos do Estado. Estados Contemporâneos. Teoria das formas e regimes de governo.

Bibliografia Básica

AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008.
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.
GARSCHAGEN, Bruno. Pare de acreditar no governo. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Bibliografia Complementar

ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
ARISTÓTELES. Política. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
BONAVIDES, Paulo. Do estado liberal ao estado social. São Paulo: Malheiros, 2001.
HOBBES, Thomas. O Leviatã. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
MONTESQUIEU. O Espírito das Leis. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
ROUSSEAU, J. J. Contrato Social São Paulo: Martins Fontes, 2003.

NOME DA DISCIPLINA: **História do Pensamento Jurídico - C/H 68**

Ementa: Platão, Aristóteles e as bases do pensamento jurídico na antiguidade. Os princípios do Direito Romano. Teologia cristã e filosofia do Direito: de Santo Agostinho a Santo Tomás de Aquino. Escolástica e o pensamento jurídico. Pensamento jurídico moderno: humanismo e direito. Hobbes e a fundação do positivismo jurídico. Kelson e o positivismo moderno. Hart, o conceito de direito e a filosofia analítica. O tridimensionalismo jurídico. História e cultura afro-brasileira e o pensamento jurídico e Educação Ambiental.

Bibliografia Básica

VILLEY, Michel. A formação do pensamento jurídico moderno. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
HART, H. L. A. O conceito de direito. São Paulo: WMF, 2009.
REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo: Saraiva Jur, 2013. .

Bibliografia Complementar

ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica. São Paulo: Landy, 2001.
ARISTÓTELES. Política. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
DALLA ROSA, Luiz Vergílio. Uma teoria do discurso constitucional. São Paulo: Landy, 2002.
GUIMARÃES, Ylves José de Miranda. Direito natural: visão metafísica & antropológica. Rio de Janeiro: Forense, 1991.
HOBBES, Thomas. O Leviatã. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

NOME DA DISCIPLINA: **Economia Política - C/H 34**

Ementa: Economia Política: interdependência entre Direito e Economia, contexto histórico, raízes e postulados das propostas clássicas, liberais, marxista, keynesiana e neoliberal. A Escola Austríaca e a Escola de Chicago. Produção, Circulação, Repartição e Consumo das Riquezas. Desenvolvimento Econômico e papel do Direito. Análise econômica do Direito.

Bibliografia Básica

CARNEIRO, R. Os Clássicos da Economia, vol. 1. Ática, São Paulo, 2004.
MISES, Ludwig von. Ação humana: um tratado de economia. 2. ed. Campinas: Vide Editorial, 2020.
RAND, Ayn. A revolta de Atlas. São Paulo: Arqueiro, 2012.

Bibliografia Complementar

HUNT. E. K. História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica, 2ª ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2005.
KEYNES, J. M. Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Ed. Saraiva. São Paulo, 2010.
MARX, K. O Capital: Crítica da Economia Política. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008.
MISES, Ludwig von. As seis lições. Reflexões sobre política econômica para hoje e amanhã. 8. ed. São Paulo: LVM, 2018.

NOME DA DISCIPLINA: Introdução às Humanidades - C/H 34

Ementa: Do mito à consciência mítica de si e do mundo; O que é e o que pode vir a ser uma Sociedade; Esquerda e Direita; Do mecanismo vitimatório ao desejo mimético; Da imbecilidade coletiva à consciência individual; Do patrimonialismo; Estabelecidos e Outsiders; Do Espírito das Revoluções. Da educação étnico-racial. Da educação ambiental.

Bibliografia Básica

GASSET, José Ortega y. Rebelião das Massas. São Paulo: Martins Fontes, [s/d]. disponível na internet: <http://www.dartagnanzanela.ubbihp.com.br>
FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Rio de Janeiro: Globo, [s/d].
BERGER, Peter. Perspectivas Sociológicas – um visão humanística. Petrópolis: Vozes.

Bibliografia Complementar

CAMPBELL, Joseph. O poder do Mito. São Paulo: Palas Athena, [s/d].
Roberto Campos. Ensaio Imprudentes. Rio de Janeiro: Record, 1987.
CARVALHO, Olavo de. O Jardim das Aflições. São Paulo: É realizações, 2000.
ELIADE, Mircea. O Sagrado e o Profano. São Paulo: Martins Fontes, [s/d].
FREUD, Sigmund. Totem e Tabu. Rio de Janeiro: Imago, [s/d]. disponível na internet: <http://www.dartagnanzanela.ubbihp.com.br>
GIRARD, René. A violência e o Sagrado. São Paulo: Paz e Terra/Unesp, 1990.
Norbert Elias. Estabelecidos e Outsider. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
PENNA, J. O. de Meira. O Espírito das Revoluções. Rio de Janeiro: UniverCIDADE, [s/d].

NOME DA DISCIPLINA: Redação e Linguagem Jurídica I - C/H 68

Ementa: Estudo da língua portuguesa. Importância da adequação da língua portuguesa aos vários contextos. Refinamento das habilidades de ouvir, falar e escrever. Produção oral e escrita.

Bibliografia Básica

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Oficina de texto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
KOCH, Ingedore G. V. Argumentação e Linguagem. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
MAINGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar

BECHARA, E. Moderna Gramática da Língua Portuguesa. 22. ed. São Paulo, Nacional, 1977.
CUNHA, Celso. Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Livraria Editora Ltda.
DE NICOLA, J. et alii. 1001 Dúvidas de Português. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para Entender o Texto. São Paulo: Ática, 1999.
DE NICOLA, José; INFANTE, Ulisses. Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 1997.

NOME DA DISCIPLINA: Direito Constitucional I - C/H 68

Ementa: A Constituição. O Sistema Constitucional. O Poder Constituinte. A aplicação da Constituição. Teoria da Norma Constitucional. Hermenêutica e Interpretação Constitucional. Introdução ao Controle de Constitucionalidade. A Constituição Federal de 1988: organização e estrutura interna. Preâmbulo Constitucional. Princípios Constitucionais Fundamentais. Princípios Constitucionais Gerais. Teoria dos Direitos Fundamentais. Direitos e Garantias Individuais e Coletivos. Direitos humanos. Direitos Sociais. Direitos de Nacionalidade. Direitos de Cidadania: Direitos Políticos e Partidos Políticos. Educação étnico-racial. Educação ambiental.

Bibliografia Básica

ARAUJO, Luiz Alberto David. NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva.
CANOTILHO, Jose Joaquim Gomes. Direito constitucional. Coimbra: Almedina
SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros.

Bibliografia Complementar

BARROSO, Luiz Roerto. Constituição da República anotada. São Paulo: Saraiva.

DALLA ROSA, Luiz Vergilio. Uma teoria do discurso constitucional. São Paulo: Landy, 2002.
MARTINS NETO, João dos Passos. Direitos fundamentais: conceito, função e tipos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade. São Paulo: Celso Bastos Editor.
SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

NOME DA DISCIPLINA: Direito Penal I - C/H 68

Ementa: Princípios do Direito Penal. A Norma Penal. Aplicação da Lei Penal. Teoria do Delito. Teoria da Conduta. Teoria do Tipo. Ilicitude. Culpabilidade. Teoria do Erro. Iter Criminis: tentativa e consumação. Direitos humanos e direito penal.

Bibliografia Básica

GARCIA, Basileu. Instituições de direito penal. 7. ed. Rev. atual. São Paulo:Saraiva, 2008. v. 1, t. 2.
LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. 11. ed. São Paulo:Saraiva, 2014
HASSEMER, Winfried. Introdução aos fundamentos do direito penal. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2005.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional. 3. ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2002.
BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahi. Correlação entre acusação e sentença. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
ZAFFARONI, Eugênio Raul; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro: parte geral. 8. ed. São Paulo; Revista dos Tribunais, 2009
GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Juizados especiais criminais: comentários à lei 9099 de 26. 09. 1995. 5a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005
ROXIN, Claus. Derecho Penal. Parte general. Tomo II. Madri: Ed. Civitas, 2014.

NOME DA DISCIPLINA: Direito Civil - Teoria da Relação Jurídica I - C/H 68

Ementa: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Código Civil: histórico, sistemática, elaboração. O Novo Código Civil Brasileiro. Das pessoas. Relação Jurídica: elementos, sujeitos, objeto. Institutos de direito privado. Domicílio. Direitos da personalidade. Dos bens. Classificação dos bens. Bem de família. Direitos registráveis e não registráveis. Registro de bens móveis e imóveis. Educação dos Direitos Humanos no direito civil.

Bibliografia Básica

GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense.
DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. 37 ed. São Paulo: Saraiva, 2020. v. 1.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. vol. I. Rio de Janeiro: Forense.

Bibliografia Complementar

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. v. 1 São Paulo: Saraiva
NEGRÃO, Theotônio. Código Civil e legislação civil em vigor. São Paulo: Saraiva, 2019.
RODRIGUES, Silvio. Direito civil: parte geral. 34a ed. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 1.
PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: parte geral. V. 1. São Paulo: Saraiva, 2015.
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. v. 1. São Paulo: Atlas, 2012.

NOME DA DISCIPLINA: Teoria do Processo - C/H 68

Ementa: Sociedade e tutela jurídica. Processo e o Direito Processual Evolução histórica. Princípios constitucionais e princípios gerais do Direito Processual. Institutos fundamentais do direito processual: jurisdição, ação, processo e defesa. Norma processual: objeto, natureza, fontes, interpretação e eficácia. Jurisdição: conceito, características e princípios informativos. A estrutura judiciária nacional. Poder Judiciário e suas garantias. Competência: conceito, espécies e critérios determinativos. Ação: conceito, teorias, natureza jurídica, classificação. Processo e Procedimento. Sujeitos do processo: partes, juiz e auxiliares da justiça. Advogado. Ministério Público. Atos processuais.

Bibliografia Básica:

GRINOVER, Ada Pellegrini. CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. DINAMARCO, Candido Rangel. Teoria geral do processo. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Curso de Processo Civil: Teoria do Processo Civil. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. v. 1.

THEODORO, Humberto Jr. Curso de Direito Processual Civil. 54ª ed. vv. 1, 2 e 3. São Paulo: Forense, 2020.

Bibliografia Complementar

ALVIM, J. E. Carreira. Teoria Geral do Processo. 23 ed. São Paulo: Forense, 2019.

GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. 24 ed. São Paulo: Tirant, 2019, vv. 1, 2 e 3.

NERY JR, Nelson e NERY, Rosa Maria. Código de Processo Civil comentado. 19 ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2020.

_____; _____. Código Civil comentado. 13 Ed, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2019.

PINHO, Humberto Dalla Bernardinha de. Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo. 2 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020.

NOME DA DISCIPLINA: **Sociologia e Antropologia do Direito - C/H 34**

Ementa: Sociologia e Sociologia do Direito. Cânones da Sociologia do Direito Europeu. Sociologia do Direito e Teoria do Direito. Estudos sociojurídicos. Eficácia Jurídica e a Sociologia do Direito. Pluralismo Jurídico. Direito e Globalização. Sociologia da aplicação do direito. Sociologia do Direito no Brasil. Antropologia do Direito e sistemas de controle das sociedades. Sujeitos do direito. Processos de solução de conflitos e disputas em diferentes sociedades. Cultura afro-brasileira e direito. Direitos humanos e Educação Ambiental.

Bibliografia Básica

COSTA, C. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

DURKHEIM, É. As regras do método sociológico. 15 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1995.

ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Bibliografia Complementar

ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

DURKHEIM, É. Sociologia e filosofia. São Paulo: Ícone, 2004.

LUHMANN, N. Sociologia do direito. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1983.

NETO, P. S. Sociologia geral e jurídica. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

NOME DA DISCIPLINA: **Filosofia do Direito - C/H 51**

Ementa: Direito e Filosofia do Direito. Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito. História do Pensamento Jurídico. Teoria Pura do Direito. O Culturalismo Jurídico de Miguel Reale. Tendências Contemporâneas da Filosofia do Direito: teoria do Direito e argumentação, teoria do Direito e discurso jurídico, teoria do Direito e pós-positivismo.

Bibliografia Básica

FERRAZ JR. , Tércio Sampaio. Estudos de Filosofia do Direito: Reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito. 2. ed. São Paulo: Atlas.

NADER, Paulo. Filosofia do direito. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

REALE, Miguel. Filosofia do direito. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1972.

Bibliografia Complementar

ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica. São Paulo: Landy, 2001.

BOBBIO, Norberto. Direito e estado no pensamento de Emanuel Kant. Tradução de Alfredo FAIT. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.

GUIMARÃES, Ylves José de Miranda. Direito natural: visão metafísica & antropológica. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

IHERING, Rudolf. A luta pelo direito. Tradução de João VASCONCELOS. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

KELSEN, Hans. O que é justiça?: a justiça, o direito e a política no espelho da ciência. Tradução de Luís Carlos BORGES. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NOME DA DISCIPLINA: Redação e Linguagem Jurídica II - C/H 68

Ementa: Estudo da língua portuguesa. Importância da adequação da língua portuguesa aos vários contextos. Refinamento das habilidades de ouvir, falar e escrever. Produção oral e escrita.

Bibliografia Básica

ABREU, Antônio Suárez. A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
DAMIÃO, Regina Toledo. HENRIQUES, Antonio. Curso de português jurídico. São Paulo: Atlas, 2004.
MEDEIROS, João Bosco, TOMASI, Carolina. Português forense: língua portuguesa para curso de direito. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, H. H. N. Introdução à análise do discurso. São Paulo, UNICAMP, 1993.
BECHARA, E. Moderna Gramática da Língua Portuguesa. 22. ed. São Paulo, Nacional, 1977.
CUNHA, Celso. Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Livraria Editora Ltda.
DAMIÃO, Regina Toledo. HENRIQUES, Antonio. Curso de português jurídico. São Paulo: Atlas, 2004.
FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Prática de textos para estudantes universitários. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: Direito Constitucional II - C/H 68

Ementa: Organização do Estado. Distribuição de Competência. Organização dos Poderes. Ministério Público. Processo Legislativo. A Defesa do Estado. A Ordem Social. Teoria geral do processo constitucional. Instrumentos constitucionais de controle da constitucionalidade: Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão, Ação Declaratória de Constitucionalidade e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Mandado de Injunção. Habeas Data. Ação Popular, Ação Civil Pública e Mandado de Segurança.

Bibliografia Básica

LENZA, PEDRO. Direito Constitucional Esquemático. São Paulo: Saraiva.
MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas.
PACHECO, José da Silva. O mandado de segurança e outras ações constitucionais típicas. São Paulo, RT, 2002.

Bibliografia Complementar

BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva.
CANOTILHO, José. Joaquim Gomes. Direito Constitucional. Coimbra: Almedina.
CLÈVE, Clemerson Merlin. Atividade legislativa do Poder Executivo no Estado contemporâneo e na Constituição de 1988. São Paulo: RT.
FERREIRA, Pinto. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva.
MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade. Estudos de Direito Constitucional. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Celso Bastos, 1999.

NOME DA DISCIPLINA: Direito Penal II - C/H 68

Ementa: Concurso de pessoas. Concurso de Crimes. Teoria da Pena: espécies, cominação, aplicação, suspensão condicional, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação. Medidas de segurança. Ação penal. Extinção da punibilidade. Prescrição.

Bibliografia Básica

GARCIA, Basileu. Instituições de direito penal. 7. ed. Rev. atual. São Paulo:Saraiva, 2008. v. 1, t. 2.
LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. 11. ed. São Paulo:Saraiva, 2014
HASSEMER, Winfried. Introdução ao fundamento do direito penal. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2005.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional. 3. ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2002.
BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahi. Correlação entre acusação e sentença. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
ZAFFARONI, Eugênio Raul; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro: parte geral. 8. ed.

São Paulo; Revista dos Tribunais, 2009
GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Juizados especiais criminais: comentários à lei 9099 de 26. 09. 1995. 5a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005
ROXIN, Claus. Derecho Penal. Parte general. Tomo II. Madri: Ed. Civitas, 2014.

NOME DA DISCIPLINA: Direito Civil - Teoria da Relação Jurídica II - C/H 8

Ementa: Fatos jurídicos. Atos jurídicos: classificação. Negócio Jurídico: distinção, teoria, validade, vigência, eficácia, elementos, requisitos; defeitos, invalidades. Elementos acidentais. Sistema das nulidades. Nulidade e inexistência. Os atos ilícitos. Atos ilícitos e distribuição equitativa dos prejuízos. Prescrição e decadência.

Bibliografia Básica

GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense.
DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. 37 ed. São Paulo: Saraiva, 2020. v. 1.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. vol. I. Rio de Janeiro: Forense.

Bibliografia Complementar

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. v. 1 São Paulo: Saraiva
NEGRÃO, Theotônio. Código Civil e legislação civil em vigor. São Paulo: Saraiva, 2019.
RODRIGUES, Silvio. Direito civil: parte geral. 34a ed. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 1.
PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: parte geral. V. 1. São Paulo: Saraiva, 2015.
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. v. 1. São Paulo: Atlas, 2012.

NOME DA DISCIPLINA: Processo Civil I - C/H 68

Ementa: Fase de conhecimento do processo em primeiro grau de jurisdição: análise do rito comum no Novo CPC, e análise das relações e situações jurídicas que irão se formar entre os sujeitos processuais pela ótica de seus atos, posições jurídicas ativas e passivas. Principais atos processuais. Instrução da causa. Prova: conceito, discriminação, ônus e valoração. Objeto, destinatário e meios de prova. Admissibilidade dos meios de prova. Classificação das provas. Ônus da prova. Momentos da prova. Falta ou insuficiência da prova. Das provas em espécie: depoimento pessoal da parte e confissão. Exibição de documento ou coisa. Prova documental. Prova testemunhal. Prova pericial. Inspeção judicial. Despesas processuais.

Bibliografia Básica

DONIZETTI, Elpídio. Curso de Direito Processual Civil. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2020.
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Curso de Processo Civil: Teoria do Processo Civil. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. v. 2.
THEODORO, Humberto Jr. Curso de Direito Processual Civil. 54ª ed. vv. 1, 2 e 3. São Paulo: Forense, 2020.

Bibliografia Complementar

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito Processual Civil esquematizado. 11 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. 24 ed. São Paulo: Tirant, 2019, vv. 1, 2 e 3.
NERY JR, Nelson e NERY, Rosa Maria. Código de Processo Civil comentado. 19 ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2020.
_____; _____. Código Civil comentado. 13 Ed, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2019.
PINHO, Humberto Dalla Bernardinha de. Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo. 2 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020.

NOME DA DISCIPLINA: Processo Penal I - C/H 68

Ementa: Sistemas processuais. Inquérito policial. Ação penal pública e privada. Jurisdição e competência. Sujeitos do processo. Prisão e liberdade provisória. Teoria da Prova.

Bibliografia Básica

LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal e sua conformidade constitucional. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011. v. 1.
LOPES JUNIOR, Aury, Direito processual penal e sua conformidade constitucional. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011. v. 2.
GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Juizados especiais criminais: comentários à lei 9099 de 26. 09. 1995. 5a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

Bibliografia Complementar

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahi. Ônus da prova no processo penal, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003
CARVALHO, Salo de (coord). Crítica à execução penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2007
LOPES JUNIOR, Aury. O novo regime jurídico da prisão processual, liberdade provisória e medidas cautelares diversas. Lei 12. 403/2011. 2. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011
LOPES JUNIOR, Aury; BADARÓ, Gustavo. Direito ao processo penal no prazo razoável. Lumem Juris, 2006
ROXIN, Claus. Derecho Penal. Parte general. Tomo II. Madri: Ed. Civitas, 2014.

NOME DA DISCIPLINA: **Direito Penal III - C/H 68**

Ementa: Parte especial: dos crimes contra a pessoa (crimes contra a vida, lesões corporais, crimes de periclitacão da vida e da saúde, da rixa, crimes contra a honra). Dos crimes contra o patrimônio.

Bibliografia Básica

GARCIA, Basileu. Instituições de direito penal. 7. ed. Rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 1, t. 2.
LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014
HASSEMER, Winfried. Introdução ao fundamento do direito penal. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2005.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional. 3. ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2002.
BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahi. Correlação entre acusação e sentença. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
ZAFFARONI, Eugênio Raul; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro: parte geral. 8. ed. São Paulo; Revista dos Tribunais, 2009
GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Juizados especiais criminais: comentários à lei 9099 de 26. 09. 1995. 5a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005
ROXIN, Claus. Derecho Penal. Parte general. Tomo II. Madri: Ed. Civitas, 2014.

NOME DA DISCIPLINA: **Direito Administrativo I - C/H 68**

Ementa: Direito Administrativo. Administração Pública. Sistemas Administrativos. Regime Jurídico Administrativo. Organização da Administração Pública. Órgãos e Agentes Públicos. Princípios Fundamentais da Administração Pública. Deveres e Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Servidores Públicos. Serviços Públicos.

Bibliografia Básica

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. 20. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

Bibliografia Complementar

ROSILHO, André. Licitação no Brasil. São Paulo: Malheiros, 2013.
SUNDFELD, Carlos Ari (Org.). Contratações públicas e seu controle. São Paulo: Malheiros, 2013.
SUNDFELD, Carlos Ari; JURKSAITIS, Guilherme Jardim (Org.). Contratos públicos e direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2015
SUNDFELD, Carlos Ari; MONTEIRO, Vera (Coord.). Introdução ao direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2008
SUNDFELD, Carlos Ari. Direito administrativo para céticos. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

NOME DA DISCIPLINA: **Direito Civil - Teoria Geral das Obrigações - C/H 68**

Ementa: Direito das Obrigações. Direitos pessoais e direitos reais. Evolução da teoria das obrigações. Noções gerais de obrigações: conceito e elementos constitutivos. Fontes das

obrigações. Modalidades das obrigações. Adimplemento e Extinção das obrigações: Pagamento. Inadimplemento das obrigações. Transmissão das obrigações.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2020. v. 2.
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil. V. 2. São Paulo: Saraiva, 2015.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2010, v. 2.

Bibliografia Complementar

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. 40ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013, v. 4 e 5.
RODRIGUES, Silvio. Direito civil. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 2.
TEPEDINO, Gustavo (Coord.). Obrigações: estudos na perspectiva civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil: volume único. São Paulo: Gen Método, 2013.

NOME DA DISCIPLINA: **Processo Civil II - C/H 68**

Ementa: Sentença. Coisa julgada. Teoria geral dos recursos: conceito, princípios recursais, pressupostos recursais e efeitos recursais. Apelação. Agravo. Recurso Ordinário, Especial e Extraordinário. Processo nos Tribunais. Ação Rescisória.

Bibliografia Básica

DONIZETTI, Elpídio. Curso de Direito Processual Civil. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2020.
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Curso de Processo Civil: Teoria do Processo Civil. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. vv. 1, 2 e 3.
THEODORO, Humberto Jr. Curso de Direito Processual Civil. 54ª ed. vv. 1, 2 e 3. São Paulo: Forense, 2020.

Bibliografia Complementar

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito Processual Civil esquematizado. 11 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. 24 ed. São Paulo: Tirant, 2019, vv. 1, 2 e 3.
NERY JR, Nelson e NERY, Rosa Maria. Código de Processo Civil comentado. 19 ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2020.
_____; _____. Código Civil comentado. 13 Ed, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2019.
PINHO, Humberto Dalla Bernardinha de. Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo. 2 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020.

NOME DA DISCIPLINA: **Processo Penal II - C/H 68**

Ementa: Procedimentos. Sentença e Coisa Julgada. Nulidades. Recursos. Lei de Execução Penal.

Bibliografia Básica

LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal e sua conformidade constitucional. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011. v. 1.
LOPES JUNIOR, Aury, Direito processual penal e sua conformidade constitucional. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011. v. 2.
GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Juizados especiais criminais: comentários à lei 9099 de 26. 09. 1995. 5a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

Bibliografia Complementar

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahi. Ônus da prova no processo penal, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003
CARVALHO, Salo de (coord). Crítica à execução penal. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2007
LOPES JUNIOR, Aury. O novo regime jurídico da prisão processual, liberdade provisória e medidas cautelares diversas. Lei 12. 403/2011. 2. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2011
LOPES JUNIOR, Aury; BADARÓ, Gustavo. Direito ao processo penal no prazo razoável. Lumem Juris, 2006
ROXIN, Claus. Derecho Penal. Parte general. Tomo II. Madri: Ed. Civitas, 2014.

NOME DA DISCIPLINA: **Direitos Humanos - C/H 34**

Ementa: Direitos Humanos: aspectos filosóficos, históricos, jurídicos, políticos e sociais. O fundamento axiológico dos direitos humanos e a questão de sua vigência universal. A fundamentação ética dos direitos humanos. Os princípios constitucionais vinculados à idéia de liberdade. Direitos Humanos e Hermenêutica. Direitos humanos e direitos fundamentais: os graus de positividade. Os direitos humanos nas relações jurídicas subjetivas. O fundamento da igualdade nas várias manifestações. Educação étnico-racial. Educação ambiental.

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. A ERA DOS DIREITOS. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2003.
REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2000.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Olavo de. O Jardim das Aflições. São Paulo: É Realizações, 2000.
CASSIRER, Ernest. Ensaio sobre o Homem. São Paulo: Martins Fontes, [s/d].
CORÇÃO, Gustavo. Dois amores, duas cidades – 2 vol. Rio de Janeiro: Agir, 1967.
ÉSQUILO. Prometeu Acorrentado. Rio de Janeiro: Ed. Ouro, [s/d].
GAVAZZONI, Aluisio. História do Direito: dos Sumérios até nossa Era. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2002.

NOME DA DISCIPLINA: **Direito Penal IV - C/H 68**

Ementa: Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Dos crimes contra os costumes. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a administração pública. Legislação especial: tópicos.

Bibliografia Básica

GARCIA, Basileu. Instituições de direito penal. 7. ed. Rev. atual. São Paulo:Saraiva, 2008. v. 1, t. 2.
LOPES JUNIOR, Aury. Direito processual penal. 11. ed. São Paulo:Saraiva, 2014
HASSEMER, Winfried. Introdução aos fundamentos do direito penal. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2005.

Bibliografia Complementar

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo penal constitucional. 3. ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2002.
BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahi. Correlação entre acusação e sentença. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
ZAFFARONI, Eugênio Raul; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro: parte geral. 8. ed. São Paulo; Revista dos Tribunais, 2009
GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Juizados especiais criminais: comentários à lei 9099 de 26. 09. 1995. 5a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005
ROXIN, Claus. Derecho Penal. Parte general. Tomo II. Madri: Ed. Civitas, 2014.

NOME DA DISCIPLINA: **Direito Administrativo II - C/H 68**

Ementa: Licitação. Contratos Administrativos. Domínio Público. Intervenção do Estado na propriedade e no Domínio Econômico. Responsabilidade Civil da Administração Pública. Controle da Administração Pública.

Bibliografia Básica

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. 20. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

Bibliografia Complementar

BINENBOJM, Gustavo. Uma teoria do direito administrativo. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.
GIACOMUZZI, José Guilherme. Estado e contrato: supremacia do interesse público "versus" igualdade: um estudo comparado sobre a exorbitância no contrato administrativo. São Paulo: Malheiros, 2011.
MEDAUAR, Odete. O direito administrativo em evolução. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
SUNDFELD, Carlos Ari. Direito administrativo contratual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
SUNDFELD, Carlos Ari. Licitação, processo administrativo e propriedade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

NOME DA DISCIPLINA: Direito Civil - Contratos I - C/H 68

Ementa: Teoria geral dos contratos. Elementos da teoria geral dos contratos civis: conceito e requisitos de validade, elementos caracterizadores, fontes, princípios fundamentais, função social dos contratos e a boa-fé objetiva. Contratos: fundamentação legal. Classificação dos contratos. Efeitos dos contratos. Extinção dos contratos. Institutos conexos aos contratos. Obrigações por atos ilícitos; arras, estipulações em favor de terceiros, vícios redibitórios, evicção; enriquecimento sem causa; contrato preliminar e contrato de adesão; contratos atípicos e contratos inominados; contrato fiduciário, mediação e contratos coligados. Cessão de contratos. Tendências atuais do direito contratual. Declaração unilateral da vontade.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. 36 ed. São Paulo: Saraiva, 2020. v. 3.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2010, v. 3.
TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Teoria geral dos contratos e contratos em espécie. 7. ed. v. 3. São Paulo: Método, 2012.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral dos contratos típicos e atípicos. São Paulo: Atlas, 2009.
BRANCO, Luis Carlos. Função social dos contratos: interpretação à luz do código civil. São Paulo: Saraiva, 2009.
MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. 40ed. São Paulo: Saraiva, 2013, v. 4 e 5.
RODRIGUES, Silvio. Direito civil. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 3.
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. São Paulo: Atlas, 2010. v. 2.

NOME DA DISCIPLINA: Processo Civil III - C/H 68

Ementa: Processo de Execução: princípios gerais, execução forçada, pressupostos e elementos. Juiz e partes na execução. Competência. Do título executivo: execução por título judicial e extrajudicial. Da responsabilidade patrimonial. Liquidação da sentença. As diversas espécies de execução. Recursos na fase de execução. Da Suspensão e extinção do processo de execução Insolvência civil. Remição. Processo cautelar: características, finalidade e classificação. Pressupostos da tutela jurisdicional cautelar. A tutela antecipatória e o processo cautelar. Procedimentos cautelares específicos; outras medidas provisionais. Processos de procedimento especial de jurisdição contenciosa. Processos de procedimento especial de jurisdição voluntária. Ações especiais extravagantes.

Bibliografia Básica

DONIZETTI, Elpídio. Curso de Direito Processual Civil. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2020.
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Curso de Processo Civil: Teoria do Processo Civil. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. vv. 1, 2 e 3.
THEODORO, Humberto Jr. Curso de Direito Processual Civil. 54ª ed. vv. 1, 2 e 3. São Paulo: Forense, 2020.

Bibliografia Complementar

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito Processual Civil esquematizado. 11 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. 24 ed. São Paulo: Tirant, 2019, vv. 1, 2 e 3.
NERY JR, Nelson e NERY, Rosa Maria. Código de Processo Civil comentado. 19 ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2020.
_____; _____. Código Civil comentado. 13 Ed, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2019.
PINHO, Humberto Dalla Bernardinha de. Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo. 2 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020.

NOME DA DISCIPLINA: Direito Empresarial I - C/H 68

Ementa: Direito e Atividade Econômica. Conceito, origem e evolução histórica do direito empresarial. Fontes do direito empresarial. Empresa, empresário e sociedade empresária. Registro

de empresa. Livros empresariais. Nome empresarial. Estabelecimento empresarial. Colaboradores da empresa.

Bibliografia Básica

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. 6. ed. 1v. São Paulo: Saraiva, 2002.

MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. 27ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2002

RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; BERTOLDI, Marcelo M. Curso avançado de direito comercial. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. 832 p.

Bibliografia Complementar

ALVIM, Arruda. Direito Comercial. São Paulo: Revista dos tribunais, 1995.

BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito societário. 6 ed. , rev. aum. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

COELHO, Fábio Ulhoa. Código comercial e legislação complementar anotados. 4 ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000.

CRUZ, Aloysio Álvares. Compêndio de direito comercial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Apontamentos de direito comercial. Curitiba: Juruá, 1999. 274 p.

NOME DA DISCIPLINA: **Direito do Trabalho I - C/H 68**

Ementa: Direito do trabalho: histórico, conceito, natureza jurídica, autonomia e fontes. Princípios do Direito do Trabalho. Eficácia da lei trabalhista. Contrato de trabalho: conceito, sujeitos do contrato, natureza jurídica e classificação. Contrato de trabalho: duração do contrato, rescisão unilateral e aviso prévio. Contrato de trabalho: justa causa, rescisão indireta, força maior e factum principis. Contrato de trabalho: estabilidade, garantias de emprego e FGTS. Duração do trabalho: jornada de trabalho e carga horária, regulamentações especiais, horas extras e trabalho noturno.

Bibliografia Básica

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr;

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas;

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho. São Paulo: LTr.

Bibliografia Complementar

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr.

GOMES, Orlando; Gottschalk, Elson. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Forense;

RODRIGUEZ, Américo Plá. Princípios do direito do trabalho. São Paulo: LTr

SAAD, Eduardo Gabriel. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr;

SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas. Instituições de direito do trabalho. São Paulo: LTr.

NOME DA DISCIPLINA: **Direito Civil - Contratos II - C/H 68**

Ementa: Os contratos em espécie. Contratos nominados e inominados. Contratos típicos e atípicos. Figuras contratuais codificadas. Figuras contratuais contemporâneas.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. 36 ed. São Paulo: Saraiva, 2020. v. 3.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2010, v. 3.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Teoria geral dos contratos e contratos em espécie. 7. ed. v. 3. São Paulo: Método, 2012.

Bibliografia Complementar

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral dos contratos típicos e atípicos. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Orlando. Contratos. 1ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. 40ed. São Paulo: Saraiva, 2013, v. 4 e 5.

RODRIGUES, Silvio. Direito civil. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 3.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. São Paulo: Atlas, 2010. v. 2.

NOME DA DISCIPLINA: **Direito Empresarial II - C/H 68**

Ementa: Teoria Geral das sociedades. Estrutura jurídica das sociedades no Código Civil.

Sociedades em espécie.

Bibliografia Básica

BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito societário. 6 ed. , rev. aum. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. 6. ed. 2v. São Paulo: Saraiva, 2002.
MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. 27ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2002.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das sociedades comerciais. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
ALVIM, Arruda. Direito Comercial. São Paulo: Revista dos tribunais, 1995.
BULGARELLI, Waldírio. Sociedades Comerciais: sociedades civis, sociedades cooperativas, empresas, estabelecimento comercial. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
CARVALHOSA, Modesto. Comentários à lei de sociedades anônimas. São Paulo: Saraiva, 2002.
COELHO, Fábio Ulhoa. Código comercial e legislação complementar anotados. 4 ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2000.

NOME DA DISCIPLINA: **Direito do Trabalho II - C/H 68**

Ementa: Duração do trabalho: repouso semanal remunerado, empregados excluídos da proteção legal da jornada de trabalho e férias. Duração do trabalho: intervalos, redução da jornada com redução de salário. Remuneração e salário: conceitos, formas de salário, modos de pagamento, gratificação natalina, salário mínimo, salário profissional e salário família. Remuneração e salário: proteção legal ao salário, equiparação salarial e participação nos lucros da empresa. Adicionais compulsórios. Trabalho da mulher e do menor. Direito Administrativo do Trabalho.

Bibliografia Básica

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr;
MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. São Paulo: Atlas;
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho. São Paulo: LTr.

Bibliografia Complementar

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr.
GOMES, Orlando; Gottschalk, Elson. Curso de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Forense;
RODRIGUEZ, Américo Plá. Princípios do direito do trabalho. São Paulo: LTr
SAAD, Eduardo Gabriel. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr;
SÜSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas. Instituições de direito do trabalho. São Paulo: LTr.

NOME DA DISCIPLINA: **Processo Administrativo - C/H 34**

Ementa: Conceito de Processo Administrativo. Processo e procedimento. Lei Federal de procedimento administrativo. Princípios. Direitos e deveres dos administrados. Fases do processo administrativo. Instauração, Instrução, Decisão. Legitimados. impedimento e suspeição. Atos do processo: forma, tempo e lugar. Intimação do interessado. Desistência e extinção do processo. Recurso administrativo. Contagem de prazos. Invalidades e prescrição. Processo administrativo disciplinar.

Bibliografia Básica

COSTA, José Armando da. Processo Administrativo disciplinar – teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012.
BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Processo administrativo disciplinar. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
MOREIRA, Egon Bockmann. Processo Administrativo: Princípios constitucionais e a Lei 9. 784/99. 4ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2010.

Bibliografia Complementar

COSTA, N. N. Processo Administrativo e suas Espécies. Rio de Janeiro. Forense. 2003.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 27 ed. São Paulo. Atlas. 2014.
FERRAZ, Sergio; DALLARI, Adilson Abreu. Processo Administrativo. 3ª Ed. rev. atul. São Paulo. Ed. Malheiros. 2012.
SOUSA, Alice Ribeiro de. Processo Administrativo do Concurso Público. Leme-SP. J. H. Mizuno. 2012.

NOME DA DISCIPLINA: Direito Tributário I - C/H 68

Ementa: Atividade financeira do Estado. Direito financeiro e direito tributário. Direito tributário. Direito Tributário: conceitos, origens e fontes. Sistema constitucional tributário brasileiro. Os princípios constitucionais. Competência tributária e capacidade tributária. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Fontes do Direito tributário. Relação jurídica tributária. Teoria da Norma Jurídica tributária. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária. Fato gerador. Lançamento tributário. Crédito tributário. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantia e privilégio do crédito tributário. Exoneração tributária.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Paulo de Barros. "Curso de Direito Tributário". São Paulo: Saraiva, 2016.
COSTA, Regina Helena. "Curso de Direito Tributário". São Paulo: Saraiva, 2016.
HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas, 2019.

Bibliografia Complementar

BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro, 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
OLIVEIRA, Regis Fernandes de et al. Lições de direito financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015
ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio F. da. Manual de Direito Financeiro e Tributário. 18ª edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2005
SCHOUERI, Luis Eduardo. "Direito Tributário". São Paulo: Saraiva, 2016.

NOME DA DISCIPLINA: Direito da Propriedade Intelectual - C/H 34

Ementa: Tecnologia e Direito. Introdução à Propriedade Intelectual. Regras de Comércio Internacional. Sistemas de Patentes. Marcas. Desing. Direitos Autorais. Regime Jurídico do Software. Transferência de Tecnologia. Concorrência Desleal. Direitos Autorais na Internet.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Denis Borges. Tratado da Propriedade Intelectual. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
NETTO, José Carlos Costa. Direito Autoral no Brasil. 3 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2018.
SILVEIRA, Newton. Propriedade intelectual: Propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, título de estabelecimento, abuso de patentes. Barueri: Editora Manole, 2018.

Bibliografia Complementar

CASTELLI, Thais. Propriedade Intelectual na Era Digital: Proteção Global dos Bens do Intelecto e Transnacionalidade do Ambiente. Curitiba: Juruá, 2018.
CORRÊA, Lenilton Duran Pinto. Arbitragem em Propriedade Intelectual. Curitiba: Juruá, 2019.
PAESANI, Liliana Minardi. Manual De Propriedade Intelectual: Direito de Autor, Direito da Propriedade Industrial, Direitos Intelectuais sui Generis. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NOME DA DISCIPLINA: Direito da Criança e do Adolescente e Direito do Idoso - C/H 51

Ementa: Diretrizes constitucionais. Estatuto da Criança e do Adolescente. Proteção Integral. Direitos Fundamentais: conteúdo, controle e formas punitivas. Menoridade e responsabilidade penal. Atos infracionais. Política de atendimento. Medidas socioeducativas e de proteção. Justiça da Infância e da Juventude. Idosos. Conceito de Idoso. Direitos dos Idosos. Estatuto do Idoso.

Bibliografia Básica

ALVES, Roberto Barbosa. Direito da Infância e Juventude. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2007.
MOREIRA DE CARVALHO, Jéferson. Estatuto da Criança e do Adolescente. Manual Funcional. 2ª. Ed. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2000.
NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. São Paulo: Ed. Saraiva, 2001.
VILLAS BOAS, Marco. Estatuto do Idoso Comentado. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2013.

Bibliografia Complementar

MORAIS DA ROSA, Alexandre. Direito Infracional: Garantismo, Psicanálise e Movimento Antiterror. Florianópolis:

Ed. : Habitus, 2005.
MORAIS DA ROSA, Alexandre (org.). Para um Direito Democrático: diálogos sobre paradoxos. Florianópolis: Ed. : Conceito Editorial, 2006.
PINHEIRO, Neide (Coord.). Estatuto do Idoso Comentado. Campinas: Servanda Editora, 2012.
VERONESE, Josiane Rose Petry. Temas de Direito da Criança e do Adolescente. São Paulo: Ed. LTR, 1997.

NOME DA DISCIPLINA: Direito Eleitoral e Partidário - C/H 34

Ementa: Conceito. Fontes. Democracia: Teorias e princípios; desenho constitucional; modelos de democracia; representação; modelos de mandato. Direitos políticos: Sufrágio e elegibilidade; inelegibilidades e incompatibilidades; controle de legitimidade dos eleitores - inscrição eleitoral, domicílio eleitoral, transferência de domicílio; cancelamento e exclusão de eleitor; revisão do eleitorado. Sistemas eleitorais: Princípio majoritário e princípio proporcional; sistema distrital. Sistemas de verificação de poderes: Justiça eleitoral brasileira; organização e competência. Partidos políticos: tratamento constitucional e legal; princípios, garantias e vedações; direito de antena e fundo partidário; fidelidade partidária. Processo eleitoral: registro de candidatos, propaganda eleitoral, pesquisas, abusos, crimes eleitorais, captação ilícita de sufrágio. Controle da legitimidade das eleições: atos preparatórios; votação e apuração; totalização, recontagem de votos; impugnações e recursos.

Bibliografia Básica

COSTA, Adriano Soares da. Instituições de Direito Eleitoral. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2009.
PINTO, Djalma. Direito Eleitoral – Improbidade Administrativa e Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Edson de Resende. Teoria e prática do direito eleitoral. 4ª ed. , ver. atual. – Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.
GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral, 4ª ed. : Editora Del Rey, 2010
RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

NOME DA DISCIPLINA: Direito Civil - Reais - C/H 68

Ementa: Direito das Coisas/Reais. Noções gerais. Direitos pessoais e direitos reais. Evolução histórica do direito das coisas. Noções gerais sobre a posse: origem, conceito, natureza jurídica, teorias e evolução histórica. Classificação da Posse. Aquisição e Perda da Posse. Efeitos da Posse. Manutenção e Reintegração da Posse. Interdito Proibitório. Ações afins aos interditos possessórios. Propriedade: conceito, características, meios de defesa e função social. Propriedade imóvel e móvel. Aquisição da propriedade imóvel e móvel. Perda da propriedade. Propriedade resolúvel. Noções de direitos autorais. Direitos reais sobre coisas alheias: aspectos gerais. Direitos reais de garantia, de gozo e de aquisição. Direitos de Vizinhança. Condomínio Geral. Condomínio Edilício. Incorporações.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. 33 ed. São Paulo: Saraiva, 2019. v. 4.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: direitos reais. Rio de Janeiro: Forense, 2012, v. 4.
TEPEDIDO, Gustavo. Fundamentos do Direito Civil: direitos reais. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Bibliografia Complementar

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. 43ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016, v. 3.
RODRIGUES, Silvio. Direito civil. São Paulo: Saraiva, 2012, v. 5.
VENOSA, Sílvia de Salvo. Direito civil: reais. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2020. v. 4.

NOME DA DISCIPLINA: Processo do Trabalho - C/H 34

Ementa: Direito Processual do Trabalho: conceito, autonomia, fontes, princípios e interpretação. Organização da Justiça do Trabalho: jurisdição, competências e órgãos. Procedimento nas ações

individuais. Fase Postulatória. Fase Probatória. Fase decisória. Fase recursal. Processo de execução. Ação Rescisória. Procedimentos especiais. Procedimento nos dissídios coletivos. Ministério Público do Trabalho: organização, competência, atribuições, inquérito civil público, ação civil pública, ação civil coletiva e ação anulatória.

Bibliografia Básica

GIGLIO, Wagner D. Direito Processual do Trabalho. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Bibliografia Complementar

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: LTR, 2007.

NOME DA DISCIPLINA: **Direito Tributário II - C/H 68**

Ementa: Tributo. Espécies Tributárias. Legislação Tributária. Tributos federais, estaduais e municipais. Impostos da União. Impostos dos Estados-membros. Impostos do Distrito Federal. Impostos dos Municípios. A interdisciplinaridade do Direito Tributário Penal, Direito Penal Tributário e Processo Tributário. O processo tributário administrativo. Contencioso administrativo e judicial. Infrações e penalidades: elisão, evasão e sonegação fiscal.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Paulo de Barros. "Curso de Direito Tributário". São Paulo: Saraiva, 2016.

COSTA, Regina Helena. "Curso de Direito Tributário". São Paulo: Saraiva, 2016.

HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas, 2019.

Bibliografia Complementar

BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro, 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de et al. Lições de direito financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015

ROSA JÚNIOR, Luiz Emygdio F. da. Manual de Direito Financeiro e Tributário. 18ª edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SCHOUERI, Luis Eduardo. "Direito Tributário". São Paulo: Saraiva, 2016.

NOME DA DISCIPLINA: **Direito Empresarial III - C/H 68**

Ementa: Títulos de Crédito: conceito e teoria. Títulos de crédito em espécie. Contratos Mercantis. Falência: caracterização, declaração, recuperação e efeitos jurídicos.

Bibliografia Básica

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. 6. ed. 3v. São Paulo: Saraiva, 2002.

MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. 27ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2002

REQUIÃO, Rubens Edmundo. Curso de direito comercial. 25. ed. 3v. São Paulo: Saraiva, 2003.

Bibliografia Complementar

CRUZ, Aloysio Álvares. Compêndio de direito comercial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Apontamentos de direito comercial. Curitiba: Juruá, 1999. 274 p.

LOPES, Mauro Brandão. A sociedade em conta de participação. São Paulo: Saraiva, 1990. 124 p.

MARTINS, Fran; LOBO, Jorge J. Curso de direito comercial: empresa comercial, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio. 27 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

PACHECO, José da Silva. Processo de falência e concordata: comentários à lei de falências: doutrina, prática e jurisprudência. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: **Metodologia da Pesquisa Jurídica - C/H 34**

Ementa: Pesquisa, produção de conhecimento e processo de ensino-aprendizagem. Métodos e técnicas de pesquisa. A pesquisa jurídica: conceito, classificação, métodos. As etapas da pesquisa: levantamento de dados, registros de informações e redação do relatório. A elaboração de um projeto de pesquisa: estrutura e conteúdo. O trabalho monográfico e suas especificidades.

Bibliografia Básica

FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. Iniciação à Pesquisa no Direito. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
FEYERABEND, Paul K. Contra o método. São Paulo: EDUSP, 2007.
KUHN, Thomas S. Estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2000.

Bibliografia Complementar

CHALMERS, A. F. O Que é Ciência Afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993.
ECO, Humberto. Como se faz uma tese. 20ª ed. , São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003.
GUSTIN, M. Repensando a pesquisa jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
DESCARTES, Rene. Discurso sobre o método: para bem dirigir a própria razão e procurar a verdade nas ciências. Paraná: Hemus, 2000.
KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
HUME, David. Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral. São Paulo: Unesp, 2004.

NOME DA DISCIPLINA: **Estágio de Prática Jurídica I - C/H 68**

Ementa: Estágio supervisionado com regulamentação própria.

NOME DA DISCIPLINA: **Prática Jurídica Simulada I - C/H 51**

Ementa: Atividade prática realizada mediante tutoria, sob regulamentação e coordenação própria e específica, de periodicidade semanal, com avaliação permanente e contínua.

NOME DA DISCIPLINA: **Direito Econômico - C/H 34**

Ementa: Direito e Economia. Introdução ao Direito Econômico. Direito Constitucional Econômico. A Ordem Econômica na Constituição Federal. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. Direito Administrativo Econômico. Direito da Concorrência. Ordem Econômica Internacional e as Relações Econômicas Internacionais (Comércio Internacional). Direito Penal Econômico.

Bibliografia Básica

CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas. Direito Econômico: aplicação e eficácia. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2001.
NUSDEO, Fábio. Curso de Economia: introdução ao Direito Econômico, 3a. ed. São Paulo: RT, 2005.
SOUZA, Washington Peluso Albino de. Primeiras linhas de Direito econômico. 6. ed. São Paulo: LTr, 2005.

Bibliografia Complementar

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Cláusulas abusivas nos contratos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
GRAU, Eros Roberto. Ordem econômica na constituição de 1988: interpretação e crítica. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
SOUZA, Washington Peluso Albino de. Teoria da Constituição Econômica. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
SALOMÃO FILHO, Calixto. Direito concorrencial: as estruturas. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

NOME DA DISCIPLINA: **Direito Civil - Família - C/H 68**

Ementa: Generalidades. Conceito e Natureza Jurídica. A família na Constituição Federal de 1988 e na contemporaneidade. Princípios constitucionais de direito de família. Direito Matrimonial. Casamento: Efeitos jurídicos, validade, habilitação, impedimentos. Espécies de casamento válido e inválido. Casamento irregular. Causas terminativas. Nulidade e anulação do casamento. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Regime patrimonial. Direito convivencial. Direito parental. Parentesco. Filiação. Filiação Socioafetiva. Posse de Estado de Filho. Reconhecimento dos filhos. Adoção. Poder familiar. Alimentos. Guarda. Alienação Parental. Direito assistencial.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2020. v. 5.
PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil: direito de família. 28. ed. v. 5. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Direito das Famílias. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Bibliografia Complementar

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 13. ed. rev. , atual. e ampl. Salvador: JusPodium, 2020

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2018. v. 5.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil: direito de família. 43 ed. São Paulo: Saraiva, 2016, v. 2.

NOME DA DISCIPLINA: **Processo Tributário - C/H 34**

Ementa: Noções de processo tributário. Conceito, finalidade e espécies. Princípios aplicáveis. Processo administrativo tributário: espécies, fases e princípios. Processo judicial tributário. Executivo Fiscal. Embargos do Executado. Ação anulatória de lançamento tributário. Ação declaratória. Ação de repetição do indébito tributário. Mandado de Segurança. Ação de consignação em pagamento.

Bibliografia Básica

CARNEIRO, Claudio. Processo Tributário: Administrativo e Judicial. São Paulo: Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, José Jayme de Macedo. Processo Administrativo Tributário. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2012.

Bibliografia Complementar

FALEIRO, Kelly Magalhães. Procedimento de Consulta Fiscal. São Paulo: Noeses, 2005.

NEDER, Marcos Vinicius e LÓPEZ, Maria Teresa Martínez. Processo Administrativo Fiscal Federal Comentado. 3ª Edição, Dialética, São Paulo, 2010.

ROCHA, Sérgio André. Processo Administrativo Fiscal - Controle Administrativo do Lançamento Tributário. 4ª Edição. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: **Gestão de Conflitos e Técnicas de Negociação - C/H 34**

Ementa: Autocomposição. Meios alternativos de solução dos conflitos. Negociação. Conciliação. Aspectos sociais, políticos e econômicos da negociação e da mediação. Mediação: Mediador. Técnica. Aplicabilidade. Princípios. Mediação, conciliação e transação. Papel e ética do mediador. Arbitragem: Princípio da autonomia da vontade. Convenção de arbitragem. Cláusula compromissória. Compromisso arbitral. Árbitro. Processo arbitral. Tutelas de urgência. Sentença arbitral. Invalidades da sentença arbitral. Habilidades na Comunicação. Técnicas de negociação, mediação e conciliação. Estratégias utilizadas em negociação. Lei de Arbitragem e Juizados Especiais.

Bibliografia Básica

CAHALI, Francisco José. Curso de arbitragem. 8 ed. São Paulo: RT, 2020.

SALLES, Carlos Alberto de. Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem. 3 ed. São Paulo: Forense, 2019.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antônio. Arbitragem: mediação, conciliação e negociação. 9 ed. São Paulo: Forense, 2019.

Bibliografia Complementar

BRASIL, Ministério da Justiça. Manual de Mediação Judicial. 6 ed. Brasília: MJ/PNUD, 2016.

LEVY, Daniel. ALVES, Rafael F. . ABBUO, André de A. C. . Lei De Arbitragem Anotada: a Jurisprudência Do STF e do STJ. São Paulo: RT, 2019.

MARINONI, Luiz Guilherme. Técnica processual e tutela dos direitos. 6 ed. São Paulo: Thompson Reuters, 2019.

MORAIS, Jose Luis Bolzan de. Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição. 4 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de conflitos e Práticas Restaurativas. 6 ed. São Paulo: GEN Método, 2018.

NOME DA DISCIPLINA: **Direito Internacional Público - C/H 34**

Ementa: Características, pressupostos, fontes, relação entre o Direito Internacional Público e o Direito Interno. Pessoas internacionais. Reconhecimento de Estado. Sucessão de Estados. As competências do Estado. O ilícito internacional do Estado, sanções e a solução pacífica das controvérsias internacionais. Solução de controvérsias e guerra no Direito Internacional.

Intervenção de humanidade. Responsabilidade dos Estados. Coletividades não-estatais. Organização das Nações Unidas. Organizações internacionais especializadas da ONU. O indivíduo no direito internacional público: a subjetividade internacional do indivíduo; a proteção internacional dos direitos humanos.

Bibliografia Básica

ACCIOLY, Hildebrando, SILVA, Nascimento. Manual de direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2012.
GUERRA, Sidney. Curso de direito internacional público. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.
REZEK, Francisco. Direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografia Complementar

CHEREM, Giselda da Silveira. A Organização Mundial Comércio. Curitiba: Juruá Editora, 2003.
DOLINGER, Jacob; SOARES, Denise de Souza. Direito Penal Internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
GOUVEIA, Jorge Barcelar. Manual Direito Internacional Público. Rio Janeiro: Renovar, 2005.
MELLO, Celso D. De Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 2 vols. Rio de Janeiro: Renovar (edição atualizada), 2004.

NOME DA DISCIPLINA: **Trabalho de Curso I - C/H 34**

Ementa: Planejamento, organização, elaboração e aprovação formal do projeto do trabalho de conclusão de curso (TCC).

NOME DA DISCIPLINA: **Estágio de Prática Jurídica II - C/H 68**

Ementa: Estágio supervisionado com regulamentação própria.

NOME DA DISCIPLINA: **Prática Jurídica Simulada II - C/H 51**

Ementa: Atividade prática realizada mediante tutoria, sob regulamentação e coordenação própria e específica, de periodicidade semanal, com avaliação permanente e contínua.

NOME DA DISCIPLINA: **Direito Civil - Sucessões - C/H 68**

Ementa: Direito das Sucessões: histórico, conceito, fundamentos, objeto e conteúdo. Sucessão em geral e: espécies. Secessão: modalidades, abertura, capacidade sucessória. Herança: modalidades, transmissão, aceitação, renúncia, cessão. Sucessão legítima: ordem da vocação hereditária, classificação dos herdeiros. Direito de representação. Direito de acrescer. Exclusão da sucessão. Partilha e inventário. Arrolamento. Sucessão testamentária: capacidade, modalidades, nulidade, anulabilidade, revogação. Disposições testamentárias. Sucessão e regime de bens. Sucessão na União Estável. Concorrência sucessória. Planejamento sucessório.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. v. 6.
DIAS, Maria Berenice. Manual das Sucessões. 6. ed. rev. , atual. e ampl. Salvador: JusPodium, 2019.
PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de Direito Civil: direito de família. 27. ed. v. 4. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Bibliografia Complementar

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2020. v. 5.
MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil: direito de família. 43 ed. São Paulo: Saraiva, 2016, v. 2.
TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Direito das Sucessões. 13 ed. São Paulo: Forense, 2020. V. 6.
RIZZARDO, Arnaldo. Direito das Sucessões. 11ed. Paulo: Forense, 2019.

NOME DA DISCIPLINA: **Direito Internacional Privado - C/H 34**

Ementa: Direito intertemporal e direito internacional privado. As normas do direito internacional

privado indiretas, diretas e qualificadoras. Unilaterais e bilaterais. Fontes. Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro. Aplicação, prova e intervenção do direito estrangeiro. As regras de conexão. Jurisdição Internacional. Competência Internacional. Tribunais Internacionais. Cooperação Interjurisdicional. Estatuto Pessoal / Bens / Obrigação / Sucessão / Pessoa Jurídica. Homologação de sentença estrangeira: requisitos, procedimento e jurisprudência. Cartas rogatórias. Competência da justiça brasileira concorrente e exclusiva. Contratos internacionais. Arbitragem internacional. Situação jurídica do estrangeiro e Direito de Família.

Bibliografia Básica

ARAUJO, Nádia de. Contratos internacionais. Rio de Janeiro, Renovar BASSO, Maristela. Curso de direito internacional privado. São Paulo, Atlas, 2009.

CAHALI, Yussef Said. Estatuto do Estrangeiro. 2 ed. São Paulo, RT, 2011.

DOLINGER, Jacob. Direito internacional privado: parte geral. 10 ed. Rio de Janeiro, GEN/Forense, 2011.

Bibliografia Complementar

BASSO, Maristela. Curso de direito internacional privado. São Paulo, Atlas, 2009.

DINIZ, Maria Helena. Lei de introdução ao código civil interpretada. São Paulo: Saraiva.

DOLINGER, Jacob. Direito internacional privado: a criança no direito internacional. Rio de Janeiro, Renovar.

PEREIRA, Marcos Vinícius Torres. Da admissão da litispêndência internacional no conflito de jurisdições. Prof. Or. Antonio Celso Alves Pereira (tese de doutorado). Rio de Janeiro, UERJ, 2008.

NOME DA DISCIPLINA: **Responsabilidade Civil e Biodireito - C/H 51**

Ementa: Responsabilidade civil: apontamentos históricos e conceito. Princípios gerais da responsabilidade civil. Elementos da responsabilidade civil. Classificação. Excludentes do dever de indenizar. Limitações da normatividade na sociedade contemporânea. Direito e tecnologia. A proteção do ser humano e a apropriação dos bens. Direito e bioética. Direito civil e biotecnologia. Biodireito. Conceitos, princípios, fontes, aspectos referentes ao micro biodireito e macro biodireito, o respeito à dignidade humana como paradigma do Estado Democrático de Direito, delimitando questões ético-jurídicas. Procedimentos médicos relacionados ao biodireito e bioética. Educação ambiental.

Bibliografia Básica

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2020. v. 7

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2015. v. 4.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. Curso de Bioética e Biodireito. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar

DINZ, Maria Helena. O estado atual do biodireito. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SÁ, Maria de Fátima Freire de. Bioética e Biodireito. 4 ed. Del Rey, 2018.

LOUREIRO, Claudia Regina Magalhães. Introdução ao Biodireito. São Paulo: Saraiva, 2009.

WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. Os novos direitos no Brasil. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

HRYNLEWICZ, Severo; SAUWEN, Regina Freiza. O Direito in vitro: da Bioética ao Biodireito. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

NOME DA DISCIPLINA: **Trabalho de Curso II - C/H 34**

Ementa: Elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

NOME DA DISCIPLINA: **Estágio de Prática Jurídica III - C/H 68**

Ementa: Estágio supervisionado com regulamentação própria.

NOME DA DISCIPLINA: **Prática Jurídica Simulada III - C/H 51**

Ementa: Atividade prática realizada mediante tutoria, sob regulamentação e coordenação própria e específica, de periodicidade semanal, com avaliação permanente e contínua.

NOME DA DISCIPLINA: **Estágio de Prática Jurídica IV - C/H 68**

Ementa: Estágio supervisionado com regulamentação própria.

NOME DA DISCIPLINA: **Prática Jurídica Simulada IV - C/H 51**

Ementa: Atividade prática realizada mediante tutoria, sob regulamentação e coordenação própria e específica, de periodicidade semanal, com avaliação permanente e contínua.

NOME DA DISCIPLINA: **Direito Previdenciário - C/H 51**

Ementa: Direito da Seguridade Social. A seguridade social como gênero: saúde, assistência e previdência social. Direito Previdenciário: percurso histórico, conceito, objeto, princípios e normas. Previdência Social e Sistema Previdenciário brasileiro. Custeio da Seguridade Social. Contribuintes e Segurados. Beneficiários. Prestações da Previdência Social. Benefícios. Acidente de Trabalho. Seguro-desemprego. Cumulação de Benefícios. Prescrição. Tempo de serviço e contagem recíproca. Processo Administrativo e Processo Judicial. Previdência complementar. Previdência Privada.

Bibliografia Básica

IBHARIN, Fábio Zambite. Curso de Direito Previdenciário. São Paulo: Impetus, 2011.

LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. São Paulo: Conceito, 2011.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. Direito Previdenciário Esquemático. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar

AMADO, Frederico Augusto di Trindade. Questões Comentadas de Direito Previdenciário. 2ª Ed. Salvador: Juspodium, 2011

KERTZMAN, Ivan. Curso Prático de Direito Previdenciário. 8ª Ed. Salvador: Juspodium, 2011.

VIANA, João Ernesto Aragonês. Curso de Direito Previdenciário. São Paulo: Atlas, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: **Direito do Consumidor - C/H 68**

Ementa: A proteção ao consumidor inserida na ordem pública do ordenamento jurídico. Estudo do Código de Defesa do Consumidor; relações de consumo - microsistema de consumo e fonte constitucional. Relação jurídica de consumo - elementos e princípios. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade civil do fornecedor. Oferta e publicidade. Práticas comerciais abusivas. Cobrança de dívidas e banco de dados. Proteção contratual. Noções do SNDC - Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Bibliografia Básica

MARQUES, Cláudia Lima. BENJAMIN, Antônio Herman V. e BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MIRAGEM, Bruno. Curso de Direito do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

Bibliografia Complementar

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: Comentado pelos Autores do Anteprojeto. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MARQUES, Cláudia Lima et al. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor: Artigo por Artigo, Doutrina, Jurisprudência, Conexões Rápidas para Citação e Reflexão, Diálogos entre o Código Civil de 2002 e o Código de Defesa do Consumidor. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

BELMONTE, Cláudio. Proteção Contratual do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

NOME DA DISCIPLINA: Direito Ambiental e Direito Agrário - C/H 68

Ementa: Princípios e fundamentos do Direito Ambiental. O meio ambiente como objeto do direito. Crise ambiental e ética ambiental. Direitos difusos. Meio Ambiente na Constituição da República. Licenciamento ambiental. Responsabilidade em matéria ambiental: civil, penal e administrativa. Espaços territoriais especialmente protegidos: Código Florestal e Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Política Nacional de Biossegurança. Impacto Ambiental. Meios processuais de proteção do meio ambiente. Institutos básicos do direito agrário brasileiro. Reforma Agrária. Desapropriação. Usucapião Especial. Contratos Agrários.

Bibliografia Básica

BORGES, Antonino Moura. Curso Completo de Direito Agrário. Edijur, 2005.
GUERRA, Sidney. Direito internacional ambiental. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006.
MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito ambiental brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2012.
SOARES, Guido. Curso de direito internacional do meio ambiente. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.
FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2016. MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. São Paulo: RT, 2007.
FERNANDES, Paulo Victor. Impacto Ambiental. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
LEITE, José Rubens Morato. Dano Ambiental: do Individual ao Coletivo Extrapatrimonial. São Paulo: RT, 2004.

NOME DA DISCIPLINA: Estatuto do Advogado e Ética Profissional - C/H 34

Ementa: Ética e Moral. Ética e Direito. Regras deontológicas. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. Ética e Advocacia.

Bibliografia Básica

CARLIN, V. Deontologia jurídica – ética e justiça. Obra Jurídica, 1996.
LANGARO, L. L. Curso de deontologia jurídica. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Rui. O dever do advogado. Rio de Janeiro: Aidee.
RAMOS, Gisela Gondin. Estatuto da advocacia: comentários e jurisprudência selecionada. 4ed. Florianópolis: OAB/SC, 2003.
GOMES, Luiz Flavio Gomes. A Dimensão da Magistratura. São Paulo: 1997.
GRUBER, Rosicléia. Manual Estatutário e Ético do Advogado. 1 ed. Editora Juruá, 2000.
KELSEN, Hans. O que é justiça? Tradução Luís Carlos Borges e Vera Barkow. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

NOME DA DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - C/H 51

Ementa: Aspectos Históricos: cultura surda, identidade e língua de sinais. Estudo da legislação e das políticas de inclusão de pessoas com surdez. O ensino de Libras e noções básicas dos aspectos linguísticos. Introdução às práticas de compreensão e produção em LIBRAS por meio do uso de estruturas e funções comunicativas elementares.

A bibliografia será compartilhada com as disciplinas regulares e, no que necessário, indicada a cada oferta da disciplina optativa, pois necessária a atualização no momento de cada oferta, dada a natureza e o objetivo da disciplina optativa.

NOME DA DISCIPLINA: Direito Cooperativo e Economia de Comunhão - C/H 51

Ementa: Cooperativismo: conceito, histórico e situação atual no Brasil. A experiência de Rochdale e de outras formas de organização cooperativa, no século XIX. Princípios do

cooperativismo. Regime jurídico das sociedades cooperativas. A legislação cooperativista. O Código Civil e as regras societárias das cooperativas. Economia de Comunhão e Cooperativismo: Semelhanças e diferenças. Origem e histórico da Economia de Comunhão. Empresas e Polos Industriais de Economia de Comunhão.

A bibliografia será compartilhada com as disciplinas regulares e, no que necessário, indicada a cada oferta da disciplina optativa, pois necessária a atualização no momento de cada oferta, dada a natureza e o objetivo da disciplina optativa. .

NOME DA DISCIPLINA: Medicina Legal - C/H 51

Ementa: Noções de Medicina do Trabalho. Criminologia. Traumatologia e Sexologia Forense. Tanatologia. Identificação médico-legal. Toxicologia forense.

A bibliografia será compartilhada com as disciplinas regulares e, no que necessário, indicada a cada oferta da disciplina optativa, pois necessária a atualização no momento de cada oferta, dada a natureza e o objetivo da disciplina optativa.

NOME DA DISCIPLINA: Processo Coletivo - C/H 51

Ementa: Fundamentos constitucionais do processo coletivo; Princípios norteadores do processo coletivo; Peculiaridades do processo coletivo: legitimação, coisa julgada e eficácia das decisões; Espécies de ações coletivas.

A bibliografia será compartilhada com as disciplinas regulares e, no que necessário, indicada a cada oferta da disciplina optativa, pois necessária a atualização no momento de cada oferta, dada a natureza e o objetivo da disciplina optativa.

NOME DA DISCIPLINA: Direito Municipal - C/H 51

Ementa: Origem e evolução; O município nas Constituições Brasileiras; Organização política do município; Competências Constitucionais dos Municípios; Constituição do Estado e Lei Orgânica Municipal; Responsabilidades de prefeitos e vereadores; Julgamento das contas municipais; Servidores municipais.

A bibliografia será compartilhada com as disciplinas regulares e, no que necessário, indicada a cada oferta da disciplina optativa, pois necessária a atualização no momento de cada oferta, dada a natureza e o objetivo da disciplina optativa.

NOME DA DISCIPLINA: Direito e Fraternidade - C/H 51

Ementa: Direito e justiça. Direito e fraternidade. A fraternidade como categoria jurídica. Fraternidade e direitos humanos. Elementos e conceito de fraternidade e de Direito Constitucional. A fraternidade e a cultura contemporânea. A fraternidade no ordenamento jurídico brasileiro.

A bibliografia será compartilhada com as disciplinas regulares e, no que necessário, indicada a cada oferta da disciplina optativa, pois necessária a atualização no momento de cada oferta, dada a natureza e o objetivo da disciplina optativa.

NOME DA DISCIPLINA: Sociedades Cooperativas, Autogestão e Economia Solidária - C/H 51

Ementa: Sociedades Cooperativas, autogestão e economia solidária. A experiência de Rochdale e de outras formas de organização cooperativa, no século XIX. Os princípios do cooperativismo. A autogestão como elemento central do cooperativismo e das sociedades cooperativas. As cooperativas no Brasil e suas transformações. A legislação cooperativista vigente e as Cooperativas na Constituição Federal de 1988. Cooperativismo, autogestão e solidariedade na configuração da economia solidária. O Código Civil e as regras societárias das cooperativas.

A bibliografia será compartilhada com as disciplinas regulares e, no que necessário, indicada a cada oferta da disciplina optativa, pois necessária a atualização no momento de cada oferta, dada a natureza e o objetivo da disciplina optativa.

NOME DA DISCIPLINA: Execução Penal e Administração Prisional - C/H 51

Ementa: Análise da Lei de Execução Penal e demais diplomas normativos aplicáveis. Exame da natureza jurídica e dos princípios orientadores da execução penal. Assistência do condenado, internado e egresso. Regras do trabalho penitenciário. Direitos e Garantias constitucionais penais do preso. Deveres e direitos do preso. Disciplina, faltas disciplinares e procedimentos disciplinares. Órgãos da execução penal. Estabelecimentos penais. Regimes prisionais. Estabelecimentos penais. Sistema progressivo, progressão e regressão de regime prisional. Permissões de saída e saídas temporárias. Remição de pena. Livramento condicional. Anistia, graça e indulto. Penas restritivas de direitos e de multa. Medidas de segurança. Excesso ou desvio de execução. Unificação de penas. Suspensão condicional da pena. Agravo em execução. Extinção da execução e alvará de soltura.

A bibliografia será compartilhada com as disciplinas regulares e, no que necessário, indicada a cada oferta da disciplina optativa, pois necessária a atualização no momento de cada oferta, dada a natureza e o objetivo da disciplina optativa.

NOME DA DISCIPLINA: Análise Crítica da Jurisprudência Penal - C/H 51

Ementa: Marcos históricos da consolidação dos direitos humanos. Princípios específicos. Sistematização da evolução da jurisprudência penal. Análise da jurisprudência em matéria penal. A construção jurisprudencial de direitos e garantias às vítimas no processo penal.

A bibliografia será compartilhada com as disciplinas regulares e, no que necessário, indicada a cada oferta da disciplina optativa, pois necessária a atualização no momento de cada oferta, dada a natureza e o objetivo da disciplina optativa.

NOME DA DISCIPLINA: Análise Crítica da Jurisprudência Civil - C/H 51

Ementa: Direito material e processual. As fontes do direito e a jurisprudência. Interpretação literal e semântica. Jurisprudência e grandes escolas do pensamento jurídico. A constituição de 1988 e a jurisprudência civil. Sistematização da evolução da jurisprudência civil. Análise da jurisprudência em matéria civil.

A bibliografia será compartilhada com as disciplinas regulares e, no que necessário, indicada a cada oferta da disciplina optativa, pois necessária a atualização no momento de cada oferta, dada a natureza e o objetivo da disciplina optativa.

NOME DA DISCIPLINA: Direito Médico - C/H 51

Ementa: A saúde na Constituição Federal. Noções de culpabilidade, imputabilidade, responsabilidade. Contrato médico. Responsabilidade Médica. Responsabilidade dos planos de saúde. Erro médico. Os Conselhos de Medicina e a o controle Interno da atividade Médica. Perícia Médica. Documentos Médico-legais. Atestados médicos de sanidade e de enfermidades. Atestado de óbito. O Ato médico. Termo de consentimento na prática clínica.

A bibliografia será compartilhada com as disciplinas regulares e, no que necessário, indicada a cada oferta da disciplina optativa, pois necessária a atualização no momento de cada oferta, dada a natureza e o objetivo da disciplina optativa.

NOME DA DISCIPLINA: Gestão de Escritórios - C/H 51

Ementa: O mercado jurídico. As habilidades empreendedoras. As principais ferramentas de gestão do escritório de advocacia. O Plano de Negócios. O Planejamento Estratégico: missão, visão, valores e metas de curto médio e longo prazos. A estrutura física e infraestrutura de TI. O software de gestão do escritório. A importância do relacionamento com o cliente. Como atender melhor o seu cliente. Recrutamento e seleção. Avaliação de Desempenho.

A bibliografia será compartilhada com as disciplinas regulares e, no que necessário, indicada a cada oferta da disciplina optativa, pois necessária a atualização no momento de cada oferta, dada a natureza e o objetivo da disciplina optativa.

5.5. EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS

Não há equivalência a ser realizada, pois este é o primeiro PPC a ser implantado.

5.6. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Atividades Acadêmicas Complementares – AAC

As atividades complementares visam oferecer aos alunos a possibilidade de obter conhecimentos teóricos ou práticos em aspectos específicos da profissão. Além disso, estas atividades são desenvolvidas pelos acadêmicos com o objetivo de incentivá-los a participarem de experiências diversificadas que contribuem para a sua formação. As AAC devem totalizar 226 (duzentas e vinte e seis) horas com atividades desenvolvidas durante o período em que o aluno estiver matriculado.

As atividades complementares serão regidas por regulamentação própria, aprovada pelo Conselho Departamental e pelo Conselho Setorial do Setor de Ciências Sociais Aplicadas do Campus Santa Cruz, respeitando as demais normas institucionais.

Atividades de Extensão - Curricularização da Extensão

As atividades de extensão do Curso serão realizadas por meio de atividades curriculares obrigatórias, sem vinculação a disciplinas do curso e vinculados ao Núcleo de Práticas Jurídicas, a partir de projetos de extensão formalizados e institucionalizados, buscando atingir o público interno e/ou o público externo a UNICENTRO.

As atividades de extensão serão regidas por regulamentação própria, aprovada pelo Conselho Departamental e pelo Conselho Setorial do Setor de Ciências Sociais Aplicadas do Campus Santa Cruz, respeitando as demais normas institucionais.

Mobilidade Acadêmica

O Departamento incentiva e apoia a mobilidade discente, cujo propósito consiste na possibilidade de o aluno cursar disciplinas do curso, ou compatíveis, em outras instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras.

A Mobilidade Acadêmica Internacional é regulamentada pelo Escritório de Relações Internacionais (ERI).

Será permitido ao discente fazer mobilidade acadêmica quando:

- a) Ser selecionado para a(s) atividade(s) curricular(es) pleiteada(s);
- b) Tiver integralizado, no mínimo, todas as atividades curriculares do 1º ano letivo do Curso.

Critérios e procedimentos adicionais são regulamentados por meio das Resoluções nº 50/2011 e 17/2015 – CEPE/UNICENTRO.

Inserção Acadêmica (PET, PIBID/RP, IC, monitorias/tutorias, entre outros programas)

Vários professores do Departamento desenvolvem projetos de Iniciação Científica, envolvendo os alunos na iniciação a pesquisa, nos programas institucionais de PROIC, PROIC-Jr e PROIT.

Da mesma forma os professores sempre ofertam vagas para monitoria e/ou

tutoria e, também, vagas de estágio pedagógico voluntário para egressos do curso.

5.7. ENSINO A DISTÂNCIA

Operacionalização

As disciplinas obrigatórias serão todas ofertadas com o percentual de 20% do total de sua carga horária na modalidade a distância. O plano de ensino de cada disciplina deverá identificar a metodologia específica adotada, forma de integralização e operacionalização.

A plataforma de gestão será sempre a adotada pela UNICENTRO, atualmente, Moodle.

Metodologia

Material produzido a partir das ferramentas do Moodle, Google Suite e Youtube, disponibilizado aos acadêmicos via plataforma Moodle composto de:

- Aulas síncronas (lives), expositivas e de saneamento de dúvidas, com gravação para posterior disponibilização aos alunos impedidos de participar no horário regular das aulas presenciais;
- Vídeo-aulas expositivos e explicativos;
- Leituras recomendadas e resolução de atividades via questionários;
- Atividades de fixação;
- Casos práticos.

Ferramentas

- Plataforma Moodle
- Google Suite
- Youtube

5.8. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Descrição

O uso de TICs no processo de ensino-aprendizagem já é adotado pelo Departamento, contribuindo significativamente no mesmo, em especial em momento excepcionais como o período da Pandemia de COVID-19.

Para o uso das TICs se faz necessário o acesso ao sistema Moodle, utilizado como padrão pela UNICENTRO, por meio de computadores, tablets ou celulares. Mas além do Moodle outros aplicativos podem ser utilizados para maximizar o aprendizado.

Em relação ao Moodle o departamento sugere que os professores o utilizam para:

- a) programação das atividades da disciplina;
- b) distribuição de materiais (textos) para leitura e estudos;
- c) recepção de atividades;

- d) exercícios de assimilação e/ou avaliativos;
- e) fóruns de discussão;
- f) meio de comunicação (chat ou mensagem por e-mail).

5.9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

C/H: 68 h/a	Atribuição de nota para o TCC:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Disciplina correspondente: Trabalho de curso - I Trabalho de curso - II			
<p>Descrição</p> <p>Sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à profissão jurídica. Aplicação de técnicas de pesquisa e produção de relatório para avaliação por banca examinadora composta de professores do Departamento.</p>			

5.10. FORMATAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

NATUREZA DO ESTÁGIO:	<input type="checkbox"/> Supervisão Direta <input type="checkbox"/> Supervisão Semidireta <input checked="" type="checkbox"/> Supervisão Indireta	C/H: 272
Atribuição de nota para o estágio (caso este não se inclua no rol de disciplinas da matriz curricular):		<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<p>Descrição</p> <p>O estágio curricular obrigatório possibilita o aprofundamento dos estudos aos acadêmicos, devendo ser realizado a partir do Núcleo de Práticas Jurídicas e, sob sua supervisão, podendo ser parcialmente realizado em entidades públicas ou privadas.</p> <p>O resultado do estágio será um relato técnico, onde os alunos discorrerão sobre: a entidade; os procedimentos adotados na área específica do estágio; uma análise crítica a partir dos conhecimentos teóricos da área escolhida; e, sendo cabíveis, o portfólio das peças produzidas.</p> <p>O relatório final do estágio, em forma de relato técnico, será objeto de avaliação pelo coordenador. Os demais detalhes das atividades relacionadas ao estágio constam em regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Departamental.</p>		
<p>Operacionalização</p> <p>A coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas será de responsabilidade de professores do Departamento, com redução de carga horária.</p> <p>O Núcleo de Práticas Jurídicas, e o estágio, terão regulamentação própria.</p> <p>A orientação, na UNICENTRO, caberá aos professores do departamento. Na unidade concedente do estágio, empresa, entidade pública ou organização do terceiro setor, haverá um supervisor externo, que será o responsável pelo(s) departamento(s) onde o estágio for realizado.</p>		

5.11. FORMATAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Descrição

Os acadêmicos do curso de Direito podem realizar estágios não obrigatório em escritórios de advocacia, órgãos do poder judiciário e auxiliares da justiça e demais entidades que se utilizam de serviços jurídicos especializados.

Operacionalização

O Departamento deve:

- designar um professor para acompanhar, orientar e controlar as atividades desenvolvidas durante o período do estágio;
- solicitar à entidade cedente do estágio a designação de um orientador interno para fazer o acompanhamento do acadêmico durante o período de realização do Estágio na entidade; e
- solicitar a acadêmico a elaboração de relatórios periódicos os quais devem ser apreciados pelo professor orientador e analisado pelo conselho departamental.

5.12. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO EM VIGOR PARA A GRADUAÇÃO

Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

Os conteúdos relacionados à temática de educação das relações étnico-raciais e ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana estão presentes nas seguintes disciplinas: Teoria do Direito; História do Pensamento Jurídico; Introdução às Humanidades; Sociologia e Antropologia do Direito; Direito Constitucional I e Direitos Humanos

Outras disciplinas podem abordar a temática em função de discussões relacionadas ao tema no contexto dos conteúdos abordados.

Educação Ambiental

Os conteúdos relacionados à temática de educação ambiental estão presentes nas seguintes disciplinas: Direito Ambiental e Agrário, Teoria do Direito, Direito Constitucional I, História do Pensamento Jurídico, Direitos Humanos, Sociologia e Antropologia do Direito, Introdução às Humanidades e Responsabilidade Civil e Biodireito.

Outras disciplinas podem abordar a temática em função de discussões relacionadas ao tema no contexto dos conteúdos abordados.

Educação em Direitos Humanos

Os conteúdos relacionados à temática de Educação em Direitos Humanos estão inseridos na disciplina de Direitos Humanos.

As disciplinas de Teoria do Direito, Direito Constitucional I, Direito Penal I, Direito Civil – Teoria da Relação Jurídica I, Direito e Psicologia, Sociologia e Antropologia do Direito, mas de forma indireta.

Note-se que a educação em Direitos Humanos, além de tópico próprio de

abordagem técnica no curso e abordagem transversal na matriz curricular, é um dos pilares da própria concepção do projeto e se mostra presente em todas as ações do curso.
Estatuto do Idoso
Os conteúdos relacionados à temática do Estatuto do Idoso, estão inseridos na disciplina de Direito da Criança e do Adolescente e Direito do Idoso.
Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (cursos de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social)
Ainda que não aplicável diretamente ao curso de Direito, estão inseridos na disciplina de Direito da Criança e do Adolescente e Direito do Idoso.
Libras como disciplina (obrigatória para Licenciaturas e Fonoaudiologia / optativa para Bacharelados)
O curso oferta como disciplina optativa: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

6. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO

<p>Descrição</p> <p>A pesquisa ocupa lugar de destaque na concepção do currículo do curso de Direito, pois entende-se que a capacidade de reflexão crítica a respeito de fenômenos jurídicos, relacionados ao saber teórico, técnico e profissionalizante, seja incentivada desde seu início. Desse modo, é ofertada a disciplina de Metodologia da Pesquisa Jurídica.</p> <p>É propiciada aos alunos, a participação em pesquisas por meio de programas de iniciação científica da instituição, de trabalhos de pesquisa solicitados por professores nas suas respectivas disciplinas, de participação nas semanas de iniciação científica, dentre outras atividades. Além disso, como já exposto, o Trabalho de Curso (TC), deverá contemplar aspectos relacionados à pesquisa científica e questões pertinentes das disciplinas do curso.</p> <p>Dentre os diversos aspectos previstos no PPC do Curso de Direito da Unicentro, Campus Santa Cruz, o ensino da pesquisa, extensão e pós-graduação faz parte do Projeto Institucional da Unicentro, recepcionando-o desta forma direcionado ao preceito constitucional, previsto nos artigos 6º e 205 da Carta Magna, onde a educação é direito de todos, com o objetivo primordial de desenvolvimento pleno do cidadão, preparando-o de forma qualificada ao mercado de trabalho e ao exercício da cidadania de forma ética e moral.</p> <p>Os professores do departamento atuam também em cursos de pós-graduação, em nível de especialização, tendo ofertado nos últimos anos diversos cursos. Além disso, alguns dos professores do departamento também trabalham em cursos de pós-graduação propostos e coordenados por professores de outros departamentos da instituição e, eventualmente, em cursos de pós-graduação propostos por outras instituições, inclusive em localidades fora da área de abrangência da UNICENTRO.</p> <p>É fato portanto, que dentro do preceituado no ensino, pesquisa e extensão há sua interdependência e ao mesmo tempo indissociabilidade, uma vez que o pesquisador tem em sua formação ambos, demonstrando assim serem campos relevantes de investigação e integração da Universidade, pesquisador e comunidade, o que enfatiza ainda mais a importância da formação do profissional contábil.</p>

O estágio supervisionado externo também propicia atividades de extensão, uma vez que os alunos estando nos postos de trabalho e prática profissional e, sob a orientação de professores do Departamento, obtêm experiência e contribuem com o desenvolvimento das práticas jurídicas regulares.

As atividades complementares possibilitam o surgimento de projetos de extensão com a participação de alunos, onde se leva à comunidade uma amostra do quanto a formação jurídica pode contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Já no que diz respeito à extensão, verifica-se a proximidade dos acadêmicos dentro da abrangência da Universidade das realidades comunitárias, caracterizando assim a necessidade de se apresentar projetos de pesquisa capazes de alavancar o ensino, pesquisa e extensão, trazendo desenvolvimento comunitário por meio de novos conhecimentos.

7. INFRAESTRUTURA

7.1. RECURSOS HUMANOS

DADOS DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Nome: **Luiz Vergilio Dalla Rosa**

Qualificação profissional e acadêmica: Professor Adjunto da Universidade Estadual do Centro-Oeste UNICENTRO, possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1998), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2001). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público e Teoria do Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direito constitucional, teoria da democracia, teoria constitucional, direitos fundamentais, hermenêutica constitucional, teoria do discurso e da linguagem e filosofia do direito. Advogado, parecerista e conferencista. Cursando Medicina (2018) no Centro Universitário Campo Real, também com dedicação à pesquisa.

Regime de trabalho do coordenador do curso: **RT40**

Atuação do coordenador do curso (representatividade em Conselhos Superiores, experiência profissional de magistério superior e de gestão acadêmica): Professor universitário do Curso de Direito desde 1999. Diretor Acadêmico de 2002 a 2010 (Centro Universitário Campo Real) e de 2010 a 2016 (Faculdade Dom Alberto). Coordenador de Curso de Direito de 2002 a 2010 (Centro Universitário Campo Real) e de 2010 a 2016 (Faculdade Dom Alberto). Membro do Conselho Superior e do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão de 2002 a 2010 (Centro Universitário Campo Real) e de 2010 a 2016 (Faculdade Dom Alberto). Coordenador Operacional MINTER em Direito UFPR-Campo Real (2006-2007).

Carga horária destinada à coordenação do curso: **20 horas semanais**

QUADRO DE DOCENTES DO CURSO

Nome/Titulação/Área do *stricto sensu*/Ano de conclusão/Instituição:

DOCENTES EFETIVOS - DIR	TITULAÇÃO	ANO OBTENÇÃO	RT	LOCAL OBTENÇÃO
Ana Amélia Nerone	Mestrado	2005	RT 40h	UFPR
Anamaria Durski Silva Burko	Mestrado	2012	RT 40h	PUC-PR
Guilherme Benette Jeronymo	Doutorado	2020	RT 40h	UTP-PT
Luiz Vergilio Dalla Rosa	Doutorado	2001	RT 40h	UFPR
Marcos Aurélio Larson	Mestrado	2014	RT 40h	UNIVALI
Sttela Maris Nerone Lacerda	Mestrado	2003	RT 40h	UFPR
Rogê Carlos Dias Regiani	Mestrado	2009	RT 40h	UFPR

QUADRO DE AGENTES UNIVERSITÁRIOS DO CURSO

Nome/Titulação/Regime de trabalho:

O Departamento não conta com agente universitário.

No entanto, há a necessidade de contratação de 2 (duas) vagas de estágio, as duas para período matutino e vespertino. A preocupação, nesse aspecto, está com o Núcleo de Práticas Jurídicas e o rodízio dos estagiários, uma vez que realizam trabalhos indispensáveis ao bom andamento das atividades administrativas e pedagógicas.

7.2. RECURSOS FÍSICOS E ESTRUTURAIS

Descrição dos laboratórios de informática e especializados

O espaço especializado necessário será para o Núcleo de Práticas Jurídicas, com previsão: recepção, sala de coordenação, sala de advogado, sala de reuniões, 2 salas de atendimento ao cliente e arquivo.

Descrição das salas de atendimento dos professores

Serão necessárias 3 salas de atendimento dos professores, além de uma sala de reuniões e uma sala de atendimento conjunto.

Descrição das salas de chefia/coordenação

Será necessária uma sala para a chefia, com espaço para duas estações de trabalho, além de uma antessala para secretaria e estagiários.

Descrição das salas de aula

Serão necessárias 5 salas de aula, com projetor multimídia e televisão com 60", capacidade para 40 alunos cada uma.

Descrição da Biblioteca

O setor, conta, especialmente, com a Biblioteca do Campus Santa Cruz.

Além desta biblioteca, os docentes e discentes podem utilizar o acervo constantes nas outras unidades da UNICENTRO (Campus CEDETEG, Campus de Irati e do Campus Avançado de Prudentópolis), através do compartilhamento de acervos.

Na área específica das Ciências Sociais Aplicadas são 10.070 títulos de livros e 18.205 exemplares de periódicos.

Na Tabela 1 a 4 constam os acervos de livros vinculados ao curso.

Tabela 1 – Biblioteca do *Campus* Santa Cruz

Acervo de Livros	Títulos	Exemplares
Administração	2555	4854
Contabilidade	513	1453
Economia	2041	3285
Administração Pública	49	66
Estatística (Introdução)	32	58
Metodologia Científica	163	325

Fonte: UNICENTRO (2021).

Tabela 2 – Biblioteca do *Campus* CEDETEG

Acervo de Livros	Títulos	Exemplares
Administração	242	383
Contabilidade	25	38
Economia	389	594
Administração Pública	2	3
Estatística (Introdução)	70	128
Metodologia Científica	60	117

Fonte: UNICENTRO (2021).

Tabela 3 – Biblioteca do *Campus* de IRATI

Acervo de Livros	Títulos	Exemplares
Administração	1239	1885
Contabilidade	416	796
Economia	556	692
Administração Pública	413	986
Estatística (Introdução)	48	85
Metodologia Científica	154	329

Fonte: UNICENTRO (2017) PPC - DECIC IRATI.

Tabela 4 – Biblioteca do *Campus* Avançado de PRUDENTÓPOLIS

Acervo de Livros	Títulos	Exemplares
Administração	436	624
Contabilidade	155	358
Economia	46	63
Administração Pública	401	965
Estatística (Introdução)	9	23
Metodologia Científica	56	95

Fonte: UNICENTRO (2017) PPC - DECIC IRATI.

Há a facilidade de se efetivar os empréstimos de livros entre as bibliotecas, com isto o Campus Santa Cruz pode utilizar-se dos exemplares disponíveis nos Campis de Irati, Prudentópolis e CEDETEG.

Espaços Físicos para Estudos – Campus Santa Cruz

Biblioteca do Campus - área construída – 850, 0m²

Horário de Funcionamento

Guarapuava – Campus Santa Cruz: 8h às 22h30min

Nos Campi Avançados: 19h às 22h30min

Pessoal Técnico-Administrativo

As bibliotecas são compostas de pessoal técnico-administrativo, os quais são responsáveis pelo atendimento dos alunos e docentes, distribuídos entre funcionários efetivos e estagiários.

Serviços Oferecidos pelas Bibliotecas da UNICENTRO

São disponibilizados os seguintes serviços:

Acesso ao acervo através do sistema PHL, disponível na Internet (<http://unicentro.phlnet.com.br>), com possibilidade de renovação e reserva online, além de consulta a todas as bases de dados existentes (livros, periódicos, cd's, dentre outros materiais).

Para se ter acesso aos materiais bibliográficos que se encontram disponíveis em uma das bibliotecas da UNICENTRO o prazo é em torno de três dias após a solicitação aos demais Campis Avançados.

Há a disponibilidade dos docentes e alunos o repositório de Teses e Dissertações produzidas na UNICENTRO, no endereço <http://tede.unicentro.br/>. Demais serviços: empréstimo domiciliar, empréstimo entre bibliotecas, serviços de alerta, assistência e instrução no uso da biblioteca, confecção de fichas catalográficas para

livros e trabalhos acadêmicos, comutação bibliográfica, acesso às bases Scopus e Science Direct do portal da CAPES.

Possui acesso à Internet wi-fi; Atendimento aos leitores; Orientações a solicitações ao COMUT; Catalogação na fonte (Ficha Catalográfica); Catálogo on-line; Reserva on-line; Empréstimo domiciliar; Empréstimos entre bibliotecas; Espaço de leitura; Espaço para trabalho em grupo; Serviço de Referência Virtual (SRV) e Serviço de circulação de materiais informatizados.

Formas de Atualização do Acervo

Os acervos das bibliotecas da UNICENTRO são atualizados por meio de compras provenientes de solicitações de departamentos pedagógicos, bem como por meio de sugestão dos usuários. Tais compras são feitas por meio de valores arrecadados das multas provenientes de atrasos nas entregas dos livros, por doações advindas da comunidade acadêmica, doações vindas de financiamento de projetos de pesquisa.

Dispositivos de Segurança

No acervo na Biblioteca dos Campis Santa Cruz, Cedeteg e Irati, estão implantados o sistema de segurança da empresa MULTISYSTEMS, baseado em antenas e etiquetas magnetizadas protetoras.

7.3. ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Recursos Humanos

A UNICENTRO conta com programas de apoio PIA - Programa de Inclusão e Acessibilidade, que se encarrega, com o apoio dos Departamentos e da Direção de Campus, das ações de acessibilidade e inclusão.

Infraestrutura

A estrutura do Campus possibilita a acessibilidade a praticamente todos os espaços, com rampas de acesso, elevador, banheiros adaptados, Professores de Libras e Braille, entre outros.

Mesmo assim, sempre que surgem quaisquer dificuldades em relação a acessibilidade, são tomadas ações que buscam minimizar os problemas a ela relacionados.

Já em relação a inclusão, sempre que surgem quaisquer necessidades o Departamento, em conjunto com o PIA e demais instâncias institucionais busca alternativas para suprir estas necessidades.

7.4. ATENÇÃO AOS DISCENTES E DOCENTES

Ações de atendimento aos discentes e docentes do curso:

A UNICENTRO conta com programas de apoio, entre eles citam-se: COORAE - Coordenadoria de Apoio ao Estudante; PIA - Programa de Inclusão e Acessibilidade; SAP - Serviço de Apoio Psicológico; Atendimento do Serviço Social.

Ambos são disponibilizados tanto para os discentes quanto para os docentes. Aos discentes, com a finalidade de auxílio e propiciar condições de acesso ao ensino superior, o desenvolvimento do acadêmico e especialmente sua permanência no curso superior, por meio de ações multiprofissionais reduzindo assim a evasão, as quais podem vir a ocorrer em virtude de desigualdades e exclusões sociais.

Tais projetos visam garantir os direitos de seus usuários de acesso à políticas sociais, com acolhimento, escuta e orientação, bem como o aconselhamento psicológico, propiciando visitas domiciliares, atividades preventivas relativas à saúde mental.

Os serviços citados e disponibilizados podem ter sua procura de forma espontânea, ou ainda por meio de encaminhamentos feitos pelos departamentos da UNICENTRO.

O Programa de Inclusão e Acessibilidade - PIA, visa implementar e estabelecer políticas institucionais que demandem atenção específica e são destinadas aos que possuam deficiências, quer sejam transitórias ou permanentes aos acadêmicos, agentes universitários, estagiários e docentes. Com as medidas estabelecidas visa-se eliminar as barreiras físicas, as quais restringem a comunicação, informação, participação e o desenvolvimento profissional e acadêmico.

8. ANEXOS

Regulamentos específicos necessários à fundamentação e operacionalização do curso, dentre outros julgados necessários para a compreensão deste, quando aplicáveis, tais como:

- Regulamento do Núcleo de Práticas Jurídicas e Estágio Supervisionado;
- Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, TCC;
- Regulamento das Atividades Acadêmicas Complementares, AAC;
- Regulamento da Curricularização da Extensão.